

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 6/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1. Secretário – Germano Fernandes
2. Secretário – Idalina Lopes

SUBSTITUIÇÕES

Jorge Manuel Dias (*substituída por Paula Cristina Conde Sancha Nabais*)

Norberto Tavares Pelicano (*substituído por Cristina Maria Vaz Gomes Martins*)

António César Marcos Gata (*Substituída por Lídia Martins Ribas*)

Luís Manuel Nunes Sanches

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula (*Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé*)

Presidente da Junta de Freguesia da Bendada

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabuga

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às quinze horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

Antes do início formal da sessão, o Presidente comunicou que, estando já em vigor o novo regimento, apenas recebera o processo de constituição do Grupo Municipal do Partido Socialista, apesar de ter sido comunicada a todos os representantes a necessidade de formalizarem a constituição dos respetivos grupos nos termos regimentais. Assim, não seria possível aplicar o novo regimento na íntegra, pelo que o Presidente, com a anuência do Grupo Municipal do Partido Socialista, sugeriu que o novo regimento fosse aplicado na próxima sessão, exortando os representantes que não apresentaram a formação dos grupos municipais a fazê-lo, sem falta, até à data da referida sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----

a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30-09-2022 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manata** que, após cumprimentar os presentes, sugeriu a seguinte correção na página 175: -----

“O professor Rui Chamusco foi durante uma série de mandatos meu companheiro de bancada aqui nesta Assembleia Municipal. Trata-se de um homem bom e a quem o concelho do Sabugal muito deve, tendo, por exemplo, sido o grupo coral do Sabugal fundado por ele e faço minhas as palavras do senhor José Escada e quero mandar-lhe um abraço, e esta medalha assenta como uma luva ao professor Rui Chamusco. Agradecia que votassem por unanimidade porque o professor Rui merece.” -----

Após cumprimentar os presentes, senhor **Presidente da Junta do Soito, Tiago Nabais**, disse que na página 182, onde consta 2013, deve constar 2023. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação. -

A Assembleia Municipal **deliberou**, unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 30-09-2022**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

b) **Ata da Sessão extraordinária realizada no dia 14-10-2022:** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **José Escada** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“A leitura desta ata deixou-me muito triste, de facto o encerramento desta sessão foi condenável, mas fiquei na expectativa de receber a ata. Depois de receber a ata, eu não posso ficar calado. Peço ao senhor Presidente que, após a votação, me permita fazer uma declaração de voto.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que qualquer membro pode apresentar uma declaração de voto. -----

Retomou a palavra o senhor **José Escada** para apresentar a seguinte declaração e voto: -----

"Esta declaração de voto é absolutamente necessária uma vez que não foi dada a possibilidade de resposta, perante o encerramento intempestivo da referida sessão, pelo presidente da AMS. -

Sr. Presidente é deveras impressionante a ligeireza da recorrência do seu texto. Na ata chama-me mentiroso, 9 vezes. Lamentavelmente, a ata não regista nenhuma oportunidade de defesa. É muito grave que recorra a este método. Traduz autoritarismo e abuso de poder. Envergonha a democracia sabugalense. -----

Não sou mentiroso e o Sr. Presidente sabe muito bem que o não sou. -----

Há um ano fui destrutado, humilhado, ridicularizado, apenas porque tive a ousadia de propor a alteração de um Regimento caduco, com 9 anos, que nem sequer retratava a organização político-administrativa. A posição subsequente que tomei, nas redes sociais, em relação ao Regimento, foi a única saída que tive para me manifestar. -----

Tive toda a legitimidade política para não reconhecer o Regimento e para o considerar ilegítimo e ilegal. -----

Concordo que o regimento não é a assembleia. Todos somos responsáveis pelo seu correto funcionamento. Mas tenha presente, Sr. Presidente, que uma Assembleia é muito o reflexo da sua liderança. -----

Hoje considero que, o desgaste que lhe causei, valeu muito. No 2º ano do mandato temos, finalmente, um Regimento aprovado. Considero que, com a minha luta, respeitei o voto de confiança dos eleitores. A Assembleia Municipal do Sabugal deixou de ser referência, pela negativa. -----

A proposta de regimento deveria ter resultado do trabalho da Comissão Permanente, como aliás previa o anterior Regimento. Uma Comissão que, em 9 anos, nunca reuniu. O Sr. Presidente, para

além de não reconhecer as duas necessidades (de revisão, pela Comissão) denegriu, humilhou a minha pessoa, ridicularizou as minhas propostas. -----

O Presidente decidiu depois criar um Grupo de Trabalho, ao qual apresentou uma proposta, por e-mail. Duas “reuniões-relâmpago”, uns comentários marginais, e documento pronto para plenário.

Não é com procedimentos deste tipo que se incentivam grupos municipais a inovarem, a apresentarem trabalho, a proporem... -----

O facto de a Comissão nunca ter reunido é prova maior de que o Presidente nada fez para melhorar o regimento. -----

A exclusão do CDS foi inqualificável. Um total abuso de poder com desrespeito da Lei do Estatuto da Oposição. -----

Tive toda a legitimidade política para classificar o processo, de elaboração da proposta de Regimento, como antidemocrático, ilegal e de tipo “arrivista”. -----

Tenho toda a legitimidade política para continuar a apelar ao funcionamento da Comissão Permanente. -----

Por tudo o que disse, afinal onde estão as mentiras? Quem mente? -----

Como é possível considerar que lutar por aquilo em que acreditamos é vilipendiar de uma maneira atroz? Só se for por essa luta contrariar a posição do Presidente e da maioria PSD na Assembleia. Fazer política, como faço, é postura de responsabilidade democrática. É postura republicana de transparência, de frontalidade, usando os únicos meios disponíveis: as redes sociais. -----

Tenho toda a legitimidade política para impor à minha atuação o lema: “Por uma Assembleia Municipal aberta ao Concelho e ao Futuro”. A meu ver, é a melhor forma de honrar o mandato atribuído pelos eleitores, e de servir os munícipes. -----

A pior política é a da passividade. É aceitar o abuso do poder. É acobardar. É não denunciar a mentira e a manipulação. É renunciar às nossas convicções só para alinhar pelo alfobre da maioria. É ter receio de pertencer à escassez. Se é para agirmos anodidamente o melhor é renunciar ao mandato porque não nos respeitamos a nós próprios, nem às instituições que representamos, nem sequer, e fundamentalmente, às pessoas que nos elegeram. -----

O Sr. Presidente da assembleia foi eleito pelos seus pares. Todos o devemos considerar líder, por inerência. Todos lhe devemos o devido respeito institucional. Como não podia deixar de ser, o Presidente merece o meu respeito institucional, embora não se dê ao respeito. Ao Líder, por inerência, não guardo qualquer respeito, não o reconheço como tal. -----

Um líder incentiva ao debate e à intervenção. Valoriza os recursos humanos à disposição, as suas valências e experiências. Trata todos com isenção. Não comenta depreciativamente. Não julga publicamente. Não humilha. Não vulgariza a palavra. Assume o recato da intervenção, para, quando necessário, surgir com reconhecida autoridade, impondo-se pela postura da razão e não pelo “quero, posso e mando”. -----

Para terminar, informo que quando envio e-mails para os membros da Assembleia não estou a cometer qualquer ilegalidade. Tenho toda a legitimidade política para o fazer, principalmente perante ineficácias burocráticas. Todos devemos respeitar as Instituições. Todos devemos pugnar pela eficácia de funcionamento, principalmente se a posição institucionalista associa tempo excessivo de resposta.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** apresentou a declaração de voto que se segue:

“Tudo o que está dito na ata corresponde à verdade, pelo que o reitero na íntegra. Sobre o assunto não acrescento mais do que lembrar-lhe a mentira que cometeu nesta assembleia ao negar que me tinha chamado ‘este gajo é um ditador do caraças’ quando após a emissão pública das suas declarações se comprovou que era mesmo o senhor que tinha proferido tais palavras, o que confirmou uma mentira dupla, no sentido em que não só afirmou perante a assembleia que não era vossa excelência o autor de tais palavras, como as atribuiu à pessoa que estava ao seu lado. Portanto, sobre mentira não direi mais nada. Como última nota, digo-lhe que eu não faço ‘política de taberna’.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação.

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com o voto contra do Sr. José Escada, **aprovar a ata da Sessão extraordinária realizada no dia 14-10-2022**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Jorge Manuel Dias, tendo sido substituído por Paula Cristina Conde Sancha Nabais. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por António César Marcos Gata, tendo sido substituído por Lídia Martins Ribas. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Norberto Tavares Pelicano, tendo sido substituído por Cristina Maria Vaz Gomes Martins. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Luís Manuel Nunes Sanches. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n. 1 do artigo 18. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n. 4 do artigo 43. do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia da Bendada a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão**. -----

➤ O senhor **Presidente da Assembleia** deu nota de um pedido da Associação Territórios do Côa, relativa à grande rota do Vale do Côa que irá analisar de forma a averiguar se tem de ser apresentado ser trazido diretamente a assembleia ou se pode ser feito por via indireta. -----

➤ Informação do **Presidente da Junta de Freguesia de Alfaiates** sobre a época do regadio 2022, na sequência de ter sido abordado em sessão anterior o encerramento da água da barragem de Alfaiates por parte do senhor António Gata. A informação esclarece que a água da barragem não foi encerrada, apenas porque houve uma diminuição do caudal: -----

“No dia 26 de abril de 2022 foi entregue pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) a Exploração e Conservação do Aproveitamento Hidroagrícola de Alfaiates à Junta de Agricultores do Regadio Coletivo de Alfaiates. Obra concluída em 2000 e custou ao Estado Português o montante de 2.261.899,79 € (dois milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos). A rega foi o objetivo da sua construção. -----

As infraestruturas e equipamentos com mais de 20 anos de uso encontravam-se deteriorados, pelo que em articulação com a Câmara e a Junta de Freguesia foi efetuado um levantamento das necessidades e trabalhos urgentes no regadio, para que a barragem pudesse cumprir com a sua principal função de rega e também manter o nível de água adequado para salvaguardar. -----

- o abeberamento dos animais – gado bovino, gado ovino, gado cavalari e gado caprino; -----

- o apoio aos bombeiros; -----

- a biodiversidade circundante; -----

- a praia fluvial; -----

- garantir a libertação da água para a linha de água a jusante da barragem. -----
Acréscenta-se a importância fundamental na manutenção no máximo possível dos níveis de água, em especial nos períodos de seca severa, fundamental para o apoio aos bombeiros, porquanto havendo necessidade de água para apagar um incêndio, ela não existe num raio de cerca de 20km de Alfaiates (Barragem do Sabugal). -----

Durante o mês de maio/junho foram efetuadas as remodelações necessárias no regadio, contribuindo também para maior eficiência e poupança de água: -----

1- Reparando ou substituindo hidrantes deteriorados há vários anos que lançavam água 24horas/dia para a linha de água sem qualquer aproveitamento na zona de rega; -----

2- Redução de saída da água dos hidrantes passando de cinco polegadas para duas, permitindo levar a água a todos os locais da área de rega, sem perdas; -----

3- Muniram-se todas as saídas de água com torneiras reduzindo substancialmente o desperdício. Semanalmente, desde o início da campanha do regadio, no mês de maio/2022 a DRAPC, monitorizou o nível da água da albufeira e controlou o caudal de saída da água da albufeira para a ribeira de Alfaiates, mantendo um nível adequado de saída de água. A saída de água da barragem sempre esteve aberta e controlada por esta entidade. -----

Este ano a barragem não encheu e além disso as poucas chuvas nos primeiros meses do ano não permitiram manter a adequada humidade nos terrenos, agravando-se a situação devido à seca que se prolongou pelos meses seguintes. No mês de julho secou a ribeira de Alfaiates que alimenta a Albufeira, bem como outras pequenas nascentes próximas. -----

Todos os terrenos em estado de seca severa a necessitaram de mais água, a ribeira a jusante da barragem ainda com os açudes e represas por recuperar, a falta de limpeza da linha de água foram o principal contributo para que a água que era libertada da barragem para a linha de água não fluísse como desejado. -----

Face à situação de seca severa a Junta de Agricultores em articulação com a Câmara disponibilizou um ponto de água para ser utilizada por todos os agricultores das povoações vizinhas que necessitassem. Além disso também tinham um ponto de água da Junta de Freguesia. -----

Face às responsabilidades atribuídas à Junta de Agricultores, comprometida perante a Câmara e a DRAPC a garantir a vigilância diária da situação do regadio designadamente no que respeita a

*perdas de água, verificando por um lado se as torneiras se encontravam abertas, ou se existe mais alguma deteriorada, monitorizando perdas diárias, através de vigilância permanente. -----
Estamos seguros que a reparação da rede de rega e a eliminação do desperdício bem como as melhorias a implementar no regadio, as reparações dos açudes e a limpeza de linhas de água serão um grande contributo para que todos possam dispor de mais água, mesmo em períodos de seca severa.” -----*

➤ Informação da **Associação Nacional das Assembleias Municipais** a informar o valor da quota para 2023 é de 1175€. -----

➤ **Nota de expediente: O Presidente informou que** foi esclarecido oficialmente e em devido tempo ao senhor José Escada, que as suas solicitações de inclusão no orçamento do Município de um conjunto de rubricas a inscrever nas atividades da Assembleia, não podiam ser efetuadas da forma como o tinha feito, tendo-lhe sido comunicado que, querendo, o poderia fazer nas correspondentes sessões da assembleia. -----

➤ **Voto de louvor** ao Coronel Luís José Cunha Rasteiro, apresentado pelos membros do Grupo Municipal do PS, e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, CDU e CDS: -----
“O Coronel Luís José Cunha Rasteiro, ex-Comandante do Comando territorial da Guarda, natural da cidade do Sabugal, depois de uma longa carreira de mais de 30 anos ao serviço do país, na Guarda Fiscal e na Guarda Nacional Republicanada, passou no dia 19 de dezembro à disponibilidade. Deixou uma folha de serviço impressionante, criou serviços pioneiros de apoio às populações mais vulneráveis, colocou mais patrulhas no terreno e colocou a GNR mais presente na sociedade. Ao longo destes anos manteve uma estreita colaboração de segurança, de socorro e de ação social com todas as Câmaras Municipais, também esteve atento aos problemas na zona fronteira Portugal/Espanha, mantendo uma cooperação muito próxima com a ‘Guardia Civil’. Todo este excelente trabalho permitiu ao Coronel, Luís José Cunha Rasteiro, receber imensas condecorações e louvores, em Portugal e na vizinha ‘Diputacion de Salamanca’. -----

Após a sua substituição no cargo de comandante do comando Territorial da GNR, foi agraciado com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira, Mérito da Guarda Nacional Republicana, sendo esta

medalha concedida aos militares e civis que, no âmbito técnico-profissional, revelam elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão atribuída à Guarda. -----

Recordar que o Município do Sabugal, em 2018, homenageou, o Coronel, Luís José Cunha Rasteiro com a Medalha de Mérito Cívico.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manata** para dizer que o grupo municipal que representa também se associa ao voto de louvor apresentado. -----

O senhor **José Escada**, também se associa ao voto de louvor, *“para um filho da terra poder exercer funções de alto comando no distrito do qual é oriundo, é porque a própria cooperação o coloca nos mais elevados padrões de idoneidade e de postura corporativa. Isso é um fator a acrescentar a tudo aquilo que foi dito.” -----*

Seguiu-se o senhor **António Serra** que reiterou tudo o que fora dito, e que a população do Sabugal está honrada por todo o trabalho por ele desempenhado. -----

A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, maioria, **aprovar o Voto de Louvor**, com uma abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Touro.

➤ **Moção “25 de novembro – Restituição da democracia”**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

“1) Há 46 anos, um ano e meio depois do 25 de Abril de 1974, a revolução estava de novo na rua e à beira de uma guerra civil de sentido antidemocrático. -----

2) Os militares defensores da democracia e das liberdades, militares do Regimento de Comandos, na Amadora, impediram uma tentativa de golpe de uma facção mais radical das Forças Armadas libertando Portugal de uma tentativa de radicalização do país, apoiado por forças antidemocráticas. -----

3) *Portugal viu finalmente consolidada a Democracia e os seus ideais Pluralistas, pondo fim a uma serie de atentados à Liberdade Individual no período do “Verão Quente” de 1975. -----*

Nesse sentido e considerando que: -----

4) *Recordar o 25 de novembro de 1975 é recordar e respeitar a História da Democracia Portuguesa; -----*

- Para o PS, o PPD e CDS e militares moderados, o 25 de novembro permitiu o fim do PREC e que fossem criadas as condições para a plenitude da democracia portuguesa que ainda hoje nos rege, o que nos permite estar aqui hoje. -----

... a Assembleia Municipal do Sabugal assinala o 46-º aniversário do 25 de novembro, evocando este dia como um dia de liberdade, de paz, de soberania e democracia para Portugal, dando assim testemunho de gratidão a todos os que com a sua coragem fizeram acontecer o caminho rumo à vitória dos valores da Democracia e da Liberdade. -----

5) *Porque o 25 de novembro é um dia de todos os democratas, aprovada esta moção ela deverá ser encaminhada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia, ao Estado Maior General das Forças Armadas, à Associação de Comandos e/ou, no mínimo, a toda a comunicação social no Concelho do Sabugal e da região.”*

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manata**, que disse votar contra a moção, *“para mim, o 25 de novembro, representou o fim da revolução do 25 de abril. Como José Mário Branco dizia muito bem na sua canção ‘foi um lindo sonho que acabou e sempre que abril aqui passar, a esse sim dou o meu farnel para o ajudar’.” -----*

Seguiu-se o senhor **António Serra**, que disse identificar-se com a moção e nos termos em que foi apresentada. -----

Por último, seguiu-se o senhor **José Escada**: -----

“Subcrevo a moção na íntegra, e friso que, de facto, se o 25 de Abril nos trouxe a liberdade que todos prezamos, foi o 25 de novembro que aportou a democracia que nós temos e que todos os dias a temos de melhorar.” -----

A Moção colocada a votação, tendo a **Assembleia Municipal, deliberado**, por maioria, com os votos contra do senhor João Manata e senhor João Aristides, **aprovar a Moção proposta**. -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -

Senhor **João Aristides Duarte** que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer:

“Foi com imensa satisfação que tomei conhecimento de que o Tiago Pereira do projeto “A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria” se deslocou ao concelho do Sabugal para fazer recolha de músicas tradicionais. -----

Sendo eu um amante da música (e para mais da verdadeira música do povo) fiquei verdadeiramente feliz. -----

Mas deixava a sugestão para a Câmara não deixar morrer isto e continuar a fazer as recolhas em outras freguesias do concelho, já que eu sei que em todas elas, haverá verdadeiras pérolas que quase ninguém conhece. Os Serviços da Câmara Municipal poderiam registá-las para memória futura e assim salvaguardar o património imaterial que não é só a Capeia. -----

Também gostaria de saber porque é que neste ano de 2022 não foi editada a revista do Museu do Sabugal, a “Sabucale”, uma revista muito interessante, talvez até das melhores a nível nacional. Muito se aprendia nessa revista. -----

Gostava também de ser informado pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal se já foi estudada a forma de as votações serem referidas por grupo político ou Partido. Continuo a considerar

estranho que não se refiram os nomes dos grupos ou Partidos e a forma como votam na transcrição para as atas.” -----

Senhor **João Manata**: -----

“Tinha aqui várias questões, algumas são recorrentes. -----

A primeira é sobre a Rua 5 de Outubro, está cada vez mais num estado miserável, que infelizmente, vem dar-me razão quando eu dizia que aquilo dava problemas, porque deu na Guarda e deu onde o aplicaram, e o Largo da Fonte se calhar vai pelo mesmo caminho. É preciso pressionar o empreiteiro, porque é uma vergonha. -----

A segunda questão é saber em que pé está a requalificação da estrada Sabugal-Guarda. -----

A terceira questão é quando é que a Câmara pensa em construir as casas de banho no Largo da Fonte, e até os sanitários da Avenida das Tílias poderiam ser reabertos. -----

Por último, queria propor à Comissão de Toponímia que quando tivesse a oportunidade tentasse fazer uma homenagem ao doutor Pinto que nos deixou ainda não há muito tempo e eu acho que de facto que merece uma homenagem pelo trabalho que teve no Sabugal pelo que desenvolveu.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manso Dias**, que após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Na minha curta intervenção vou levantar algumas questões, tendo em conta duas entrevistas que o senhor Presidente da Câmara, Vítor Proença, fez aos órgãos de comunicação local. Nessa entrevista, digamos que caracterizou a oposição, neste caso os Vereadores do Partido Socialista, entre aspas dizendo que eles têm colaborado e têm tido uma atitude muito proveitosa. No entanto senhor Presidente, ultimamente, em termos práticos isso não se verificou, dou-lhe dois exemplos, a questão da gestão do Parque Termal do Cró, o senhor Presidente nem teve em conta a alternativa e as sugestões que os vereadores do Partido Socialista deixaram nas Reuniões de Câmara, como também não ouviu as sugestões dos diferentes membros desta assembleia, e até de diferentes grupos municipais. Como sabe, esse ponto foi adiado para a Assembleia de 14 de outubro, portanto, foi tudo aprovado sem mudar sequer uma vírgula daquilo que previamente estava em discussão.

O senhor presidente Vítor Proença também se esqueceu de reunir, de ter uma reunião preparatória com os nossos vereadores para a elaboração do orçamento. O ano passado tinha feito essa reunião, este ano não fez. Não sei se achou que não valia a pena ouvir as ideias e sugestões dos nossos vereadores. Também referiu nessa entrevista, e falou da nossa Assembleia Municipal que tem cumprido o seu papel fiscalizador e escrutinador, até porque é essa obrigação da oposição. Mas eu pergunto ao senhor Presidente se esse papel é só da oposição ou de todos os membros, que são em larga maioria, não devem ter esse papel fiscalizador, ou seja, está implícito no seu pensamento que aprovam tudo aquilo que o executivo camarário traz a esta Assembleia. -----

Para finalizar, referiu também que neste mandato não seria possível as transmissões online das reuniões da Assembleia. O senhor Presidente sabe perfeitamente porque é que as Assembleias não estão a ser transmitidas, eu pergunto se defende, se está de acordo ou não, qual é a sua ideia sobre as transmissões on-line. -----

Para finalizar, dou-lhe um conselho, para os temas que são de máxima importância para o concelho tem de saber ouvir melhor as pessoas, não pode ser teimoso, porque a teimosia é má conselheira." -----

Após cumprimentar os presentes, tomou a palavra o senhor **Alexandre Gonçalves** para dizer: ----

"Folha Fojeira" -----

A "Folha Fojeira" é um boletim informativo que nasceu no ano de 1994, sob a égide do "Grupo Cultural e Desportivo de Fóios". Através dela, boa parte da história dos Fóios ficará seguramente eternizada. História essa que, em muitas ocasiões, é transversal a todos os povos da Raia. A Raia é vida, mas sem identidade e sem memória findaria! -----

Em 2022, os responsáveis de tão nobre documento decidiram editar o livro "Folha Fojeira – 1994-2020", que mais não é do que a compilação de todas as edições da "Folha Fojeira". -----

De salientar o trabalho abnegado e de enorme importância realizado pelo professor José Tavares, Presidente do "Grupo Cultural e Desportivo de Fóios" e principal impulsionador da "Folha Fojeira".

A "Folha Fojeira" germina do desassossego, do conhecimento, da meditação, da capacidade de criar e do verdadeiro "sentimento de pertença" pelas nossas raízes. -----

Colabora para que a cidadania passiva se transforme numa cidadania ativa e enérgica, privilegiando a liberdade, a ética e o rigor. Escolta a “topografia” dos Fóios e da Raia, perfilhando a verdade, o respeito e o correto acolhimento dos conteúdos. Aqui não há lugar para a trivialidade, o boato e a difamação. -----

Os responsáveis e colaboradores da “Folha Fojeira”, dotados de elevados índices de sacrifício, compromisso, dedicação, competência e motivação, têm presenteado os leitores com a continuidade deste sumarento “projeto”. Sinto-me honrado sempre que a minha opinião é publicada na “Folha Fojeira”! -----

A “Folha Fojeira”, favorecendo a imparcialidade e a liberdade de expressão, sempre se afastou do poder político, nunca ambicionando ser parte integrante do mesmo. A “Folha Fojeira” é património, cultura e cor, não estando circunscrita à Freguesia de Fóios. Na verdade, está ao serviço de uma Raia melhor! -----

A “Folha Fojeira” é um instrumento de utilidade pública, pois difunde e eleva as palavras cidadania, democracia, responsabilidade social e solidariedade. É certamente uma fonte de sapiência para historiadores e narradores. É relevante preservar as nossas tradições, reforçar a nossa identidade e questionar as decisões políticas, económicas, sociais, religiosas e culturais do nosso Concelho. A “Folha Fojeira” reúne todos esses requisitos! -----

Quis o destino e Deus que as nossas raízes brotassem na Raia Seca do Concelho do Sabugal ou nas Terras do Demo, como diria Aquilino Ribeiro na sua obra “Terras do Demo”. De realçar que o romance “Terras do Demo” transporta-nos ao coração da geografia sentimental de Aquilino Ribeiro.

As terras agrestes e frias da Raia talharam o nosso carácter. Relações e códigos de conduta muito próprios. Este recanto do território raiano, a que chamamos “Raia” e que nos moldou a todos, deu-nos tudo aquilo que fomos e tudo aquilo que somos. A capeia, o encerro, os bois, os cavalos, os escritores, os pintores, o rio, as festas religiosas, o xaile, o lenço na cabeça, as histórias do contrabando, a gíria dos contrabandistas, a fotografia rasgada, as travessias “a salto”, o eterno Natal, a carroça, o carro de bois, a castanha, o cabrito, a truta, os enchidos e a panela de ferro são “manifestações” que foram constantemente enaltecidas na Folha Fojeira.” -----

Seguiu-se o senhor **José Escada** que, depois de cumprimentar os presentes, disse: -----

“Mais uma vez me vejo obrigado a apontar a absoluta necessidade do cumprimento da Lei. Vou referenciar 3 incumprimentos: -----

1º Incumprimento: Informação financeira -----

O artigo 25º, nº2, al c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (das autarquias locais) estabelece que compete à assembleia municipal apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de 5 dias sobre a data do início da sessão. -----

Hora constata-se que a atividade municipal do Serviço de Contratação Pública foi enviada no dia 22 de dezembro, contudo a informação escrita da situação financeira do município ou não foi enviada ou ficou a “marinar” na Mesa da Assembleia. Ao CDS-PP não chegou. -----

Faço notar que a informação financeira é obrigatória em qualquer Assembleia Ordinária. Nesta é meramente informativa, e não é objeto de discussão porque não estamos perante a obrigatoriedade de prestação de contas. Outras haverá em que a informação financeira será objeto de discussão. Nesta Assembleia Ordinária, o CDS -PP não quer interpelar sobre a situação económica- financeira quer apenas ter acesso à informação, nos termos que a Lei determina. -----

Segundo o CDS-PP a lei não foi cumprida no que toca a informação financeira e por esse facto apresenta voto de protesto para ser transcrito em ata. -----

2º Incumprimento: respeito do Estatuto do direito da Oposição -----

Segundo a Lei n.º 24/98, de 26/5 são titulares do direito de oposição, os partidos políticos e os grupos de cidadãos representados na assembleia municipal e que não estejam representados no respetivo órgão executivo. Como é o caso do CDS-PP. Os titulares do direito de oposição têm o direito de serem ouvidos sobre as propostas do orçamento e dos planos de atividade. O momento em concreto em que a audição se deve processar, deverá ser logo após a sua elaboração e anteriormente à aprovação em reunião de Câmara. Hora o CDS-PP não foi ouvido sobre essas

propostas e lendo a declaração de voto da reunião de Câmara, nem sequer os vereadores do PS foram previamente ouvidos. -----

Segundo o CDS-PP a lei não foi cumprida no que toca a consulta prévia no procedimento "Norma de execução, Opções do Plano e Orçamento" e por esse facto apresentamos voto de protesto para ser transcrito em ata. -----

3º Incumprimento tem a ver com o calendário de apresentação / aprovação -----

A Lei estipula que o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro, a Norma de execução orçamental, a assunção de compromissos plurianuais e a proposta de orçamento. ----

Hora constata-se que os três instrumentos foram aprovados em reunião de Câmara, precisamente a 30-11-2022. -----

Então das duas uma. Ou a Câmara não enviou, nesse dia, os documentos ao Presidente da Assembleia Municipal ou os mesmos ficaram a "marinar" até 22 de dezembro. -----

O que é um facto é que o CDS-PP só teve conhecimento dos a 22 de dezembro. -----

Segundo o CDS-PP a lei não foi cumprida no que toca ao calendário de apresentação da "Norma de execução, Opções do Plano e Orçamento". Por esse facto apresentamos voto de protesto para ser transcrito em ata. -----

Realizar a AMS nesta data é desrespeito por todos. Sabe porquê? Porque temos que considerar a hipótese académica de rejeição do orçamento. É uma hipótese académica, eu sei, mas o respeito pela democracia tem de a considerar. Perante a rejeição não só não cumprirá a Lei, como a Câmara terá de aplicar duodécimos à sua gestão. -----

Porque Sr. Presidente uma Assembleia nesta data fere os princípios da eficácia, da funcionalidade e da disponibilidade mental. Quantas Assembleias Municipais, por esse país fora, se realizam nesta data? Diga-me por favor." -----

O senhor **Filipe Nunes**, após cumprimentar os presentes, referiu o seguinte: -----

“A rede viária do concelho do Sabugal é extensa e complexa. Planear o futuro e manutenção da qualidade da rede viária existente é um exercício político que deve ser feito tendo por base um planeamento técnico assertivo e que permita a tomada de decisões políticas de forma fundamentada e com base em pressupostos técnicos de gestão e manutenção de pavimentos. -----

Os membros do partido socialista nesta assembleia municipal consideram fundamental que se elabore um plano de gestão e conservação de pavimentos municipais com longevidade suficiente para permitir que as decisões políticas de intervenção e manutenção de pavimentos seja realizada com uma base técnica e que permita uma melhor e mais profissional gestão de pavimentos. -----

Nesse sentido recomendam os membros do partido socialista nesta assembleia municipal que seja elaborado um plano de gestão e conservação de pavimentos, que o referido plano tenha um horizonte de atuação de pelo menos 10 anos, que o mesmo seja colocado a discussão pública e que esse documento seja no futuro a base das decisões de intervenção em pavimentos municipais.”

Seguiu-se o senhor **António Serra**, depois de cumprimentar os presentes referiu: -----

“Como é do conhecimento de todos, o município do Sabugal integra uma área de influência de uma ULS, pelo que não recebeu e não receberá competências na área da saúde. Mas, tendo conhecimento no terreno do que se está a passar, gostaria de saber se o executivo da Câmara Municipal já tem algum plano para que possa ajudar a fixar todos os jovens médicos que venham para o nosso concelho. É um problema transversal em todo o país, mas mais no interior. Vai haver mudanças a nível do SNS, vai mexer com vários mecanismos, as ULS já deram provas que são eficazes, daí haver a intenção da criação de mais 4 no país. Em relação à Guarda, para além de haver uma boa colaboração a nível de topo, no terreno exige-se uma colaboração mais operacional. A minha pergunta é se há hipótese de apoio, a nível de habitação para médicos que queiram vir para o Sabugal.” -----

Tomou a palavra o senhor **José Galhano** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Em primeiro lugar faço das palavras do senhor João Manata as minhas, relativamente ao doutor Pinto, acho que merece que a memória dele fique perpetuada. -----

Pego também nas palavras do Filipe Nunes relativamente à rede viária, mas, para isso também temos que conservar e manter as existentes. Tenho dado várias voltas pelo concelho do Sabugal e tenho verificado que as valetas estão mais altas que as próprias estradas. Se calhar deve-se chamar a quem de direito para supervisionar e limpar as valetas. -----

Também queria falar sobre a falta de água, que é um dado constatável ao longo dos anos, não temos e não está projetada uma barragem para a nossa zona do concelho do Sabugal, se calhar devemos pensar em recuperar os açudes tradicionais para reservatório de água e para regadios tradicionais, o que poderia desenvolver a parte agrícola.” -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Carlos Borregana, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Enquanto membro do PSD nesta assembleia queria lamentar todo este contratempo e agradecer a compreensão do Sr. Presidente da Assembleia ao permitir o regime de excecionalidade nesta sessão. -----

Nós, os Humanos, cultivamos um paradoxo relativamente à liberdade. Quando a temos fazemos tudo para a perder e quando a perdemos tudo fazemos para a ter de volta. Já dizia o Pessoa – “Queremos sempre estar da maneira que não estamos”. Há, depois, uma canção do António Variações que diz que quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga. Vamos hoje começar a pagar o preço de não termos tido o bom senso de lidar com a liberdade que o antigo regimento nos dava para ficarmos agora presos a todo este normativo. -----

Mas nem tudo é mau, afinal, agora, vamos ter uma assembleia mais produtiva, mais controladamente participativa e mais eficaz. Pois é, mas não vai acontecer! E, não vai acontecer porque felizmente a eficácia desta assembleia depende muito mais dos seus membros do que do seu regimento. Mesmo sabendo que é do mais elementar senso comum o que vou dizer arrisco num minuto apresentar a minha teoria geral de uma assembleia. A performance da assembleia depende de três dinâmicas: A primeira, tem a ver com a relação entre os membros da assembleia e o executivo – A lei estabelece em ambos os casos as respetivas atribuições, os problemas começam quando os membros da assembleia tentam roubar as atribuições ao executivo ou quando o executivo tenta desvirtuar as deliberações da assembleia; A segunda tem a ver com a relação

entre as duas bancadas virtuais desta assembleia. Ambas querem, certamente, o melhor para o concelho, mas têm formas diferentes de prosseguir esse objetivo, nunca nos podemos esquecer que esta instituição é eminentemente política. Aqui os problemas começam quando a bancada da direita usa as ferramentas próprias da bancada da esquerda e esta por ação, e muito mais por omissão, tenta copiar a estratégia da bancada da direita. No seu conjunto também temos problemas quando algum membro, na prossecução do superior interesse do concelho, é condicionado por agenda própria, lobby ou qualquer outra situação de favor; neste caso o problema é a clara traição aos eleitores que lhe atribuíram o mandato e por último, temos a dinâmica do Presidente da assembleia. Será o fiel da balança de toda esta composição. Pese embora o fato de este ter legítimo direito à sua opinião enquanto membro da assembleia e o legítimo direito de expressão política cabe-lhe a utópica tarefa da neutralidade. Ora, cada vez que o presidente pender mais para a direita haverá um sentimento de orfandade por parte da esquerda e cada vez que pender mais para a esquerda a direita sofrerá de síndrome do filho pródigo. No final, e para simplificar, penso que o sucesso desta assembleia e a sua produtividade depende de três qualidades que cada um dos seus membros consiga granjear: -----

Liberdade, trabalho e bom senso. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão**, Joaquim **Valentim**, tomou a palavra para dizer: -----

“No que diz respeito às obras da entrada sul da cidade do Sabugal, nota-se algum arrastamento nas obras, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se os condicionalismos têm a ver só com o tempo ou se há outros impedimentos que nós não conhecemos, e se houver o senhor Presidente que nos esclareça.” -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da União de Freguesias da Lageosa e dos Forcalhos**, João Nunes que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Sabemos que foram criadas novas equipas EIP's, que a câmara fez força para criar e participa nelas. O que eu gostava de saber é se essas equipas, como têm um apoio do município, se enviam

um relatório com as atividades ou ocorrências ao município, porque, enquanto Presidente da Freguesia e autoridade da Proteção Civil da minha freguesia já aconteceram duas quedas de árvores e demoram a chegar, mas na última vez não era nenhum membro das EIP's, era um condutor de ambulâncias e outro rapaz que mal sabia mexer numa motosserra. Como nós temos alguma facilidade, eu e o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Velha ajudámos, mas queria saber se eles enviam relatórios das ocorrências." -----

Seguiu-se a senhora **Silvina Silva** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

"Os membros do Partido Socialista consideram relevante que se inicie um processo de reformulação do plano estratégico para o nosso concelho. Consideramos importante o início do processo de concretização do mesmo, contudo, consideramos que não se pode pensar no plano estratégico sem avaliação do anterior. Dessa forma, solicitamos e recomendamos que seja realizada uma avaliação da execução do anterior plano estratégico e que a mesma seja apresentada a todos os membros da Assembleia Municipal e disponibilizada a todos os cidadãos." -----

Findas as intervenções, e antes de conceder a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia**, dirigindo-se ao senhor João Aristides disse: -----

"As votações são nominais, por grupo municipal não existem e não podem ser transformadas em votações colegiais. É diferente, na ata, clarificar nominalmente quem vota contra ou não, naquilo que a lei exige que seja identificado nominalmente." -----

Em resposta à intervenção do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: ---

*"Quanto à primeira questão não é correto o que afirma. O que o artigo diz é que não é o membro da assembleia que tem direito à informação financeira, é a assembleia, através do Presidente. E até agora nenhum membro solicitou essa informação junto do Presidente da Assembleia. -----
Há o dever de o Presidente da Câmara prestar, em cada sessão, ao Presidente da Assembleia, a informação financeira do município. E a cada membro da Assembleia, se assim o quiser, solicita em plenário, ou fora do plenário, a informação. -----*

Quanto à questão da oposição, a minha interpretação é que não se aplica nos termos em que o senhor José Escada solicita. Não é uma obrigação que impeça a decisão do Presidente, não vejo como é que o senhor Presidente da Câmara tenha de estar obrigado a consultar, para produzir o orçamento, a ouvir o senhor José Escada para poder fazer o orçamento.” -----

De seguida concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, respondeu às intervenções. -----

Respondendo à pergunta colocada pelo senhor Alexandre Gonçalves, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Começo por responder ao senhor João Aristides, sobre a recolha das músicas tradicionais, é um projeto do município, e é importante que façamos essa recolha para que não se percam algumas das nossas tradições, e que devemos registar para memória futura. -----

Sobre a revista Sabucale será apresentada em janeiro/fevereiro a 13ª edição. -----

Sobre a rua 5 de Outubro, abordada pelo senhor João Manata várias vezes, é uma obra que não correu bem, já se previa que isso fosse acontecer por experiências de outras localidades, no entanto, não invalida que seja corrigida. Já foi comunicado ao empreiteiro, já houve pequenas correções, mas necessita de uma intervenção mais profunda. -----

Relativamente aos wc's no Largo da Fonte, há uns em frente ao tribunal, no entanto, estamos a tentar arranjar uma solução de enquadramento naquele espaço, ou por módulos ou uma intervenção na entrada da escola primária virada para o largo da Fonte. -----

Sobre a questão da toponímia, concordo que seja prestada homenagem ao doutor Pinto, é fazer chegar à comissão de toponímia a proposta.” -----

Em resposta ao senhor João Manso Dias, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“O Presidente tentou ser agradável com a oposição, não o fiz para agradar fi-lo porque era a minha Convicção, a oposição tem sido colaborante dentro daquilo que lhe é possível, e também não acho que seja verdade que o Presidente é teimoso. -----

Sobre as sugestões nas Reuniões de Câmara, já referi na última assembleia referi que não vejo nenhuma solução prática que pudesse ser uma solução viável a implementar no Cró, não é uma solução a gestão do Cró regressar para a Câmara. -----

Sobre a reunião para elaboração do orçamento e GOP's, tive a oportunidade de me justificar os meus colegas de executivo, em que realmente não houve tempo para fazemos uma reunião extraordinária antecipadamente, mas farei essa referência quando se discutir o ponto em causa. Mas o que posso adiantar é que foi, para mim, o orçamento mais difícil de fazer para conseguirmos equilibrar este plano e orçamento, daí que não tenhamos tido tempo e eu já tive a oportunidade de pedir desculpa e de justificar perante os meus colegas de vereação. -----

Sobre a questão do teimoso não percebi, mas se está a falar da questão do Cró, o concurso caiu, tivemos de recorrer a um ajuste direto para manter o equipamento aberto até tentarmos arranjar outra solução, ou um novo concurso, ou outra modalidade de gestão. É uma situação que está em aberto para o próximo ano, e o panorama negativo que transmiti na assembleia de 30 não se verifica neste momento. Neste momento, as coisas estão mais equilibradas, implementámos uma série de medidas muito importantes no equipamento que permitiram uma poupança na ordem dos 35% em termos de gás e eletricidade, portanto, o edifício está muito equilibrado, mas precisa de mais intervenções. O equipamento está mais estável, o que nos permite abordá-lo de uma outra forma, para tentarmos arranjar uma solução. -----

Sobre o senhor Alexandre Gonçalves, a Folha Fojeira é um veículo importante naquilo que é a informação na zona raiana, e deixo aqui o meu agradecimento e reconhecimento ao José Tavares.

Senhor José Escada, o senhor Presidente da Assembleia já respondeu a algumas das questões, nomeadamente, a questão da reunião do Presidente ou o executivo com os grupos da assembleia, nunca isso aconteceu e seria extremamente difícil ter de reunir com todos os grupos da Assembleia.

Sobre o senhor Filipe Nunes, a proposta que aqui fez é uma réplica daquilo que já foi abordado na reunião câmara, já falei nesta questão várias vezes, e também já referi que esse plano está a ser elaborado pelos nossos serviços, é um plano de 4 anos, que prevê por grau de deterioração, por grau de prioridade a intervenção na nossa rede viária. Está a ser elaborado e no início do ano será apresentado, mas repito que a nossa rede viária tem cerca de 700 km e a maior parte dela está a precisar de conservação e manutenção. Mas, não há, neste momento, fundos ou apoios para este tipo de intervenções como já referi várias vezes, portanto, vamos ter intervenções muito bem

programadas, caso a caso, e obviamente, temos que recorrer à banca porque nós não temos capacidade financeira para este tipo de intervenções. Temos 2 ou 3 situações identificadas que vamos tratar no primeiro semestre do ano que vem, que é o caso da ligação Sabugal-Sortelha que custa 1.200.000,00 €, e há 2 anos custava 700 mil euros, e na raia há algumas intervenções pontuais que queremos fazer, nomeadamente, no acesso a Aldeia do Bispo, Aldeia Velha, e outras situações que com as chuvas agravaram estas situações. -----

Neste plano também estará contemplada a questão das valetas porque a não limpeza faz com que as estradas se deteriore mais. Relembro que essa situação está delegada, por delegação de competências, às Juntas de Freguesia, mas o que está delegado é só o corte, não o reperfilamento das valetas. -----

Respondendo ao doutor Serra, não é uma competência do município, nós temos ULS, não temos essa competência, no entanto, nós já apoiamos pontualmente essas situações, com os contratos interadministrativos que temos com Juntas de Freguesia que não têm posto médico. A questão que me coloca diretamente, estaremos abertos a encontrar uma fórmula que nos permita ajudar os médicos e enfermeiros a fixarem-se aqui. -----

Temos que ver a forma mais correta, porque se não formos nós a substituir aquilo que a tutela deve fazer, no âmbito da saúde ou em outro âmbito, estes territórios são completamente esquecidos." --

Prosseguindo com os esclarecimentos, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"A questão da água, temos dois estudos a decorrer em simultâneo para que possamos ter uma realidade do que é o nosso território em termos de recursos. No que diz respeito aos regadios tradicionais estão praticamente todos abandonados, é necessário que haja por parte da tutela candidaturas nesse sentido. -----

O senhor Carlos Borregana fez uma abordagem daquilo que acha que é a assembleia. -----

Respondendo ao senhor Joaquim Valentim, a questão da entrada Sul e não só, nós temos neste momento 6 obras a decorrer que totalizam 7 milhões e meio de euros, mas todas elas apresentam problemas porque as chuvas provocam atrasos. A entrada sul é uma obra orçada em 1.152.000,00€, apresenta uma execução de 270 mil euros, tem um prazo de execução de 365 dias, é uma obra que está no empréstimo, não tendo sido ainda objeto de candidatura. -----

É óbvio que estas obras causam sempre transtorno, mas temos prazos a cumprir. -----

Em resposta ao senhor Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, a questão das EIP's, tenho a dizer que a CIM se pronunciou recentemente sobre esta questão para a criação de mais EIP's, emitiu um comunicado, em que enquanto não reunisse com a tutela para esclarecer as competências das Câmaras sobre as EIP's. Nós aceitámos a competência da Proteção Civil, onde estão incluídas as EIP's, integradas em cada corporação de bombeiros, e em que cada EIP é constituída por 5 elementos (2 equipas no Sabugal e 2 no Soito), precisamente no âmbito da Proteção Civil, socorro a incêndios, catástrofes, inundações, quedas de árvores, etc. Creio que isso não está a correr bem, e é necessário que haja uma clarificação de quem é que tutela estas EIP's porque nós financiamos 50%, e a EIP custa à Câmara 40 mil euros por cada EIP, mas não está definido no protocolo quais são as competências que ela tem e que autoridade a Câmara tem sobre as mesmas. -----

Portanto, essa questão foi colocada à tutela, enquanto não houver esclarecimentos não há mais assinaturas de EIP's, e uma das questões colocadas é que, pelo menos uma delas fosse paga a 100% pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Isto é mais uma maneira da tutela transferir responsabilidades para os municípios. -----

Sobre o plano estratégico, já foi abordado na Reunião de Câmara de que temos de o rever, as ferramentas que tínhamos há 6 ou 7 anos atrás são diferentes, a estratégia é outra, os quadros comunitários também, e é importante fazer uma atualização do que correu menos bem neste plano estratégico e preparar um plano estratégico de terceira geração para o futuro, vertendo aquilo que são os instrumentos que temos neste momento, o plano PT2030, o PRR, o plano da CIM onde sinalizámos uma série de obras e projetos em várias áreas e que a CIM vai contratualizar com a CCDR, temos de reunir este conjunto de ferramentas e documentos e vertê-los nos nosso plano estratégico para o futuro." -----

Não havendo mais intervenções, e após um intervalo, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO/ADITAMENTO À TABELA DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Esta alteração à Tabela de Taxas tem a ver com o facto de que não estava previsto a introdução das espécies de caça maior caça - corso, pelo processo de aproximação. Portanto, a ideia é integrar esta taxa para que depois possamos emitir os respetivos licenciamentos.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12813, datada de 20-10-2022, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a alteração/aditamento à Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 02 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ENERAREA RELATIVAMENTE AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO MÉDIA (BTM) DA CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Esta foi uma questão amplamente abordada na última assembleia. E teve a ver também com o facto de nós procuramos no mercado fornecedor de energia melhores condições para fornecimento aos nossos equipamentos. É uma agência regional de energia da Beira Interior, está integrada na Associação de Municípios da Cova da Beira, da qual o Município do Sabugal é associado. Está a preparar uma série de concursos para os municípios no sentido de ir ao mercado para fornecimento de energia média tensão e baixa tensão especial. Isto permite que se lance um concurso único para estes municípios e que consigamos preços mais competitivos no mercado. - Portanto, só a Assembleia Municipal é que tem competências para delegar este concurso na Enerarea, para que possam ir ao mercado no sentido de nos fornecerem energia para um ano. E, segundo aquilo que foi apurado pelos nossos técnicos, permitir-nos-ia uma poupança de 203 mil euros, onde inicialmente estava previsto 600 mil euros, ou seja, a despesa prevista é de 397 mil euros, com uma particularidade, caso o concurso fique deserto há a possibilidade de, junto da

entidade reguladora, solicitar que nos deixem entrar no mercado regulado, porque a energia de média tensão não pode estar no mercado regulado, só a nível excepcional. E, se o concurso ficar deserto podemos alegar que pode pôr em causa o normal funcionamento dos nossos serviços e a ideia é que nos deixem ir ao mercado regulado, fazendo com que poupemos 203 mil euros.” ---

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **José Escada**: -----

“Acho que essa é a estratégia correta, é criar economias de escala, é a associação e, portanto, sobre a estratégia de princípio só tenho a elogiar. Chamo, no entanto, a atenção, que as negociações conjuntas podem esquecer especificidades próprias do território porque o agregador, neste caso a Enerarea, deve ter competência para analisar o mercado e para negociar devidamente poderá ter em atenção algumas especificidades de cada um dos intervenientes e fazer uma lógica de distribuir os males e os benefícios por todos, o que poderá não ser do interesse do Sabugal. -----

Dou-lhe os parabéns pela estratégia, mas, talvez, nomear um gestor que tenha conhecimentos de energia que possa acompanhar o desenvolvimento da Enerarea.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** informou que o Município tem um gestor que irá acompanhar este processo. -----

“Relativamente à Enerarea posso dizer que estão neste processo municípios como a Guarda, Pinhel, Figueira, Almeida, Covilhã. E isso faz com que o processo tenha mais escala, e é isso que neste momento interessa e a Enerarea é uma agência conceituada e com provas dadas no território.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 13980, datada de 19-11-2022, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a delegação de competências na Enerarea relativamente ao fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) da Câmara Municipal do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 03 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO SABUGAL (CPCJ) -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse ter dado entrado na mesa uma proposta do grupo municipal do PSD onde propõe Catarina Isabel Alves Corte para integrar a CPCJ do Sabugal, designada como lista A. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal **deliberou**, por escrutínio secreto, **designar Catarina Corte para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal**, com 47 Votos a favor, 5 votos contra e 8 abstenções. -----

PONTO 04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2023 -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano 2023, aprovados em reunião de Câmara de 23 de novembro de 2022. -----

- 1) *Missão: Promover a coesão e competitividade territorial, valorizar as pessoas, preservar o património cultural e a identidade local e melhorar a qualidade dos serviços prestados. -----*
- 2) *Visão: Conter o despovoamento, atrair investimentos que criem emprego e fixem população no concelho, assegurar o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos, apostar no equilíbrio ambiental e na eficácia dos recursos, reforçar a sustentabilidade e a resiliência, reforçar a qualificação do espaço publico e promover a reabilitação urbana. -----*

3) *Dos novos desafios e cenários conjunturais, bem como da consulta aos serviços municipais e recolha de contributos em matéria de projetos a desenvolver em 2023. -----*

- *A pandemia da doença COVID-19, que afetou o nosso País desde março de 2020, a que crescem os impactos negativos da conjuntura nacional e internacional, nomeadamente, a crescente inflação, a crise energética, a subida das taxas de juro e os efeitos da guerra na Ucrânia na vida das pessoas, famílias, empresas e instituições, irá condicionar fortemente a execução orçamental de 2023, na medida em que certamente afetará a realização de um conjunto de iniciativas previstas, que poderão ter a sua realização condicionada e/ou cancelada, podendo ainda ocorrer um conjunto de despesas imprevisíveis, em função da evolução da conjuntura nacional e mundial. -----*

- *A definição dos objetivos de gestão decorre da missão e visão definida, do Plano Estratégico Sabugal 2025 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes do final do Quadro Portugal 2020, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Cooperação Transfronteiriço e das redes colaborativas temáticas em que o Município participa, entre as quais: -----*

PróRaia, das estratégias PROVERE da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, da Associação das Termas de Portugal, do iNature (Áreas Protegidas), da Associação de Municípios da Cova da Beira (Ordenamento, Ambiente, Energia e Proteção Civil), do INTERREG, da Comunidade de Trabalho BINSAL, da Rede de Judiarias de Portugal, da Associação Territórios do Côa, do CETS (Carta Europeia do Turismo Sustentável com os Municípios de Almeida e Penamacor, ICNF e Turismo de Portugal). Cogestão RNSM; AIGP-Terras do Lince. Salientamos o impulso positivo que decorre da oportunidade de candidaturas às linhas abertas pelo Turismo de Portugal (Redes WiFi, Turismo Acessível, Turismo Sustentável e Programa Valorizar). São estes instrumentos e plataformas que nos permitem aceder ao Portugal 20230. -----

- *Temos consciência dos constrangimentos externos, mas também das opções dos órgãos municipais que em devido tempo deliberaram pela manutenção dos impostos, taxas e preços municipais em valores mínimos. IMI Urbano (0,3); IMI Rústico (0,8), IRS (devolução da*

participação variável de 5%), taxa de Derrama (0%), Taxa de Direitos de Passagem (0%). Somos um Município com um valor diminuto de receitas próprias. -----

- A previsão das receitas para o próximo ano é de 28.438.843,00 euros e das despesas de 28.438.843,00,00 euros. A receita corrente deverá atingir um total de 20.823.092,00 euros que suporta a despesa corrente, as amortizações médias e ainda parte da despesa de capital. Prevê-se ainda que sejam arrecadados 7.615.751,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 9.304.386,00 euros. -----

- Em 2023 prevê-se que a receita municipal seja de 28.438.843,00 euros, representando um aumento de 2.953.405,00 euros relativamente à previsão inicial de 2022. Verifica-se um aumento de 1.850.686,00 euros de receitas correntes e um aumento de 1.102.719,00 euros em receitas de capital, considerando a previsão das transferências do Orçamento de Estado e de apresentação de candidaturas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio. -----

Em termos relativos constatamos que a receita corrente representa 73,22% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 26,78%. -----

A despesa do município em 2023 deverá ser de 28.438.843,00 euros, sendo 19.134.457,00 euros relativos a despesa corrente e 9.304.386,00 euros a despesa de capital, verificando-se um aumento de 2.953.405,00 euros em relação ao previsto para 2022. -----

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 67,28%, enquanto a despesa de capital representa 32,72% da despesa total. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. -----

Senhor **José Pires Manso**: -----

"Na pessoa Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal saudamos todos os presentes, neles incluindo o Sr. Presidente da CMS, os Srs. Vereadores, os Srs. membros da AMS, e demais pessoas que nos estejam a ouvir. -----

O Orçamento elaborado nos termos Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, é o um documento da máxima importância para a governação futura (2023) de qualquer Câmara Municipal e logicamente também da do Sabugal. Por isso dedicamos a devida atenção a estes documentos, incluindo ao das Grandes Opções do Plano. -----

Da leitura atenta que fizemos, e em termos técnicos, tal a prática que os técnicos da CMS já foram adquirindo ao longo do tempo, os documentos em causa (plano e orçamento e ainda as GOP) não nos parece merecerem grandes reparos. -----

Mesmo assim, há sempre alguns comentários que se podem fazer e a respetiva avaliação política, como compete à oposição. Nesse sentido, -----

1)O primeiro comentário, um pormenor que gostaríamos de referir pelo seu impacto nas despesas e investimentos futuros da CMS, é o de não nos recordarmos de ter visto alguma explicação sobre a forma como foi contabilizado o efeito da inflação na elaboração deste orçamento. E a verdade é que a inflação em 2022, ditada por causas externas como a guerra na Ucrânia e o Covid19, anteriormente, e consequentes ruturas dos canais de abastecimento e ainda as subidas de preços das matérias-primas, dos produtos alimentares (17.5% até nov. 22) e dos combustíveis importados (24.7%), a confirmar-se o valor de cerca de 8%, e já não há grandes dúvidas que isso vai acontecer, vai ter reflexos na capacidade de financiamento dos investimentos da CMS, na cobertura das suas despesas e, nomeadamente, nos seus depósitos bancários. Donde a necessidade de ela ser contabilizada convenientemente neste exercício de 2023 (e certamente nos seguintes, pois até a Governadora do BCE, Christine Lagarde, já referiu que ela não estará controlada possivelmente até 2025) e ainda a premência, de acautelar os investimentos estruturais tão necessários aos sabugalenses. -----

2)O segundo comentário deve-se ao facto de saltarem à vista, por tão elevados, os valores das sub-rubricas ou saldos que deveriam ser residuais, mas que nesta ordem de ideias não podem ser. Por isso nos merecem esta observação, que também já fizemos anteriormente, o ano

passado. É que, por vezes, são esses saldos das sub-rubricas que apresentam, ou quase, os maiores valores dentro da respetiva rubrica e isso não deveria acontecer! -----

3)O terceiro e último comentário refere-se logicamente à avaliação política. -----

Naturalmente que não contestamos a legitimidade da CMS em fazer as opções políticas que fez e que plasmou nestes documentos do plano e orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP), pois essa legitimidade advém-lhe do facto de ter ganho as eleições maioritariamente. -----

Todavia, achamos que no interesse dos naturais e residentes do concelho, e também com base na legitimidade democrática que temos enquanto representantes de um partido da oposição, sentimos o dever e a obrigação de manifestar algumas reservas a estes documentos, justamente porque não seriam essas algumas das opções políticas que o PS faria se estivesse a dirigir os destinos desta CMS. -----

É com base nesta legitimidade, democrática, que reclamamos mais ambição para servir os munícipes do concelho do Sabugal, as suas freguesias e uniões de freguesias, os agentes económicos do concelho, os empresários, os trabalhadores no ativo, os pensionistas ou reformados aqui residentes e as crianças e jovens que aqui vivem e querem continuar a viver com empregos dignos e com a qualidade de vida que lhes é devida. -----

Estamos a referir-nos, naturalmente, i) à necessidade de maximizar os apoios e de prestar mais atenção às empresas e à sua criação indispensável para que haja empregos que ajudem a fixar e a inverter a curva de (de)crescimento da sua população residente; ii) à necessidade de fazer um maior esforço no marketing orientado para a captação dessas empresas e investimentos; iii) à concessão de maiores apoios aos trabalhadores do campo – agricultores, produtores florestais e criadores de gado; iv) à captação de mais apoios para a área da habitação social e, sobretudo, para a conservação das habitações degradadas que abundam por aí e são já bem visíveis em quase todas as freguesias do concelho; v) à necessidade de favorecer uma melhor saúde e educação, e com mais recursos humanos qualificados; vi) à necessidade de olhar melhor as ligações com os concelhos limítrofes – nomeadamente aos principais centros urbanos da região como a Guarda e Covilhã – e também com Espanha (incluindo aqui a Extremadura espanhola, aqui tão perto, o que os sectores e as atividades económicas bem agradeceriam); vii) à necessidade de conceder mais ajuda ou apoio à terceira idade e às IPSS, Misericórdias e outras

instituições que tão importantes são nesta fase da vida, certamente já maioritária num concelho que tem 610 reformados e pensionistas (com mais de 65 anos) por cada 100 jovens até aos 14 anos; viii) à necessidade de olhar mais pela nossa já precária juventude, ix) de fazer alguma coisa para que o concelho não se fique apenas, em termos de poder de compra per capita, nos 64% da média nacional (INE, 2019), ou nos 47% da média da União Europeia, isto em paridade de poder de compra; e x) ainda à necessidade de fazer crescer o valor acrescentado das empresas concelhias e o PIB per capita dos sabugalenses afastando-nos, quanto antes, da cauda dos concelhos portugueses mais debilitados económica e socialmente. -----

Terminamos esta já longa intervenção dizendo que são estas as razões que nos levam a manifestar as reservas acima referidas à aprovação do Plano e Orçamento da CMS para 2023." -

Senhor João Manso Dias: -----

"Salta à vista uma grande receita de 2 milhões, perto de 3 milhões de euros através do decreto-lei n.º 72/2022 de 19 de outubro que vai que vai ser pago pelo Fundo Ambiental, e por aquilo que observámos no orçamento é que esta verba foi sendo diluída pelas diferentes despesas para o ano de 2023. Pergunto senhor Presidente como é que vai gastar esta verba? É verdade que no mesmo orçamento refere a construção da central fotovoltaica do Cró, à volta de 107 mil euros, há determinadas rubricas ligadas à eficiência energética dos estádios do Sabugal, do Soito, dos castelos locais, Paços do Concelho, piscinas, etc., somei todas essas verbas e dá à volta de 600 mil euros, anda muito longe dos 2.300.000,00 €. Eu acharia melhor que esta verba deveria ser aplicada numa obra estruturante para promover todo o território e poder assim estimular os agentes económicos e para dar uma melhor qualidade de vida aos sabugalenses." -----

Senhor José Escada: -----

"O Orçamento ao antecipar receitas e despesas para o ano seguinte é o documento mais importante para a gestão do nosso Concelho. Requer por isso uma elaboração criteriosa que espelhe bem as Grandes Opções do Plano e de modo a permitir a monitorização através da medição dos resultados da execução e posteriormente a avaliação política. -----

A apreciação do orçamento tem sempre duas vertentes: a técnica e a política. Sobre a vertente técnica não temos dúvidas sobre a sua correção à luz das boas práticas da contabilidade pública. Os indicadores de gestão em que o Sabugal se encontra bem posicionado e referidos pelo executivo estão fundamentados no documento. Os nossos parabéns aos técnicos responsáveis. -

No que toca à gestão política dos recursos de um território não podemos deixar de referir a tônica da continuidade que perspetiva a continuação do baixo índice de execução da despesa e, em particular do investimento, por contraposição à execução da receita. -----

A nosso ver a Gestão PSD vai prosseguir a série de anos e anos de desinvestimento no Concelho.

A gestão PSD nem sequer tem capacidade de aplicar a importante receita extraordinária proporcionada pelas eólicas, acima de 1 Milhão de euros anuais para a investir em eficiência energética, na descarbonização, na substituição de combustíveis fósseis por recursos endógenos, na economia circular. Isto apesar do know-how técnico que a Enertech aportou ao Concelho. ----

Também não podemos deixar passar em claro a postura de superioridade demonstrada pelo PSD na elaboração do Plano e orçamento, ao não consultar a oposição. Perante um quadro de grande indefinição da conjuntura nacional e internacional, perante a crise energética, perante a crescente inflação (próxima dos dois dígitos), perante a subida das taxas de juro, o PSD opta pelo isolamento e não procura a concertação." -----

Senhor **Presidente da Junta da Rebolosa, Manuel Barros**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Vou ser mais específico, e relativamente à minha freguesia, já tenho conversado com o senhor Presidente sobre estes aspetos, no entanto, não os vi contemplados no orçamento para 2023 e daí as minhas dúvidas relativamente, por exemplo, aos espaços coworking, disse que numa segunda fase seriam contempladas as restantes freguesias, estão no orçamento 33 mil euros para 2023, obviamente que não é com esta verba e queria perguntar se os espaços co-working nas freguesias que faltam avançam em 2023. Já que falou nos objetivos do orçamento, na coesão territorial e fixação de pessoas, acho que é muito importante contemplar todas as freguesias com esse espaço. -----

No orçamento está Smart - Comunidade Rural Digital, informática e internet para cidadãos com o valor de 5 mil euros, não sei se tem alguma relação com espaço coworking ou não. -----

Outro assunto também já aqui falado tem a ver com as pavimentações, vejo na rubrica grandes reparações em estradas municipais 50 mil euros, mas não é com este valor que se vão fazer essas reparações, gostaria de saber se está contemplada a reparação da estrada Rebolosa-Aldeia da Ribeira. -----

Para terminar, a nível das águas dos açudes estamos numa época em que temos bastante água, felizmente, mas não podemos esquecer o verão e a reativação das antigas captações de água que também temos e ainda não foram reativadas, e gostaria de saber se também está previsto antes do verão d reativar as antigas captações de água." -----

Seguiu-se o senhor **António Serra**: -----

"Reafirmando aquilo que disse no início desta sessão, antes da Ordem do Dia, passo a ler a declaração que me foi solicitada: -----

'Consideramos este orçamento, o orçamento possível dadas as circunstâncias, a conjuntura nacional e internacional, a guerra na Ucrânia, a alta taxa de inflação, os recursos energéticos e a subida do custo de vida. -----

Orçamento possível e realista porque decorrendo da visão e estratégia do executivo assume compromisso entre o que se pode fazer e os recursos disponíveis e os financiamentos possíveis.

Assim, votamos a favor deste orçamento porque eu respeito os compromissos assumidos no programa eleitoral do PSD, sufragado nas últimas eleições autárquicas, e é um orçamento que pretende intensificar ações de proximidade com os mais afetados pela crise que atravessamos, ao mesmo tempo que garante um esforço continuado de promoção de bem-estar das populações, a melhoria das condições de vida, a fixação e atração de populações e investidores para o concelho.'" -----

Findas as intervenções, o senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para esclarecer as questões levantadas: -----

“O senhor José Pires Manso fez uma apreciação crítica, e uma análise política onde não há muito a apontar. Abordou uma série de situações onde posso dar mais alguns contributos. No que diz respeito à questão final do apoio às empresas agropecuária, IPSS’s, uma série de considerandos que fez, é uma grande preocupação que nós temos (na altura do COVID tivemos uma intervenção muito próxima dos organismos que tiveram direta e indiretamente ligados ao combate do COVID) e isso deixou marcas nas pessoas e nas empresas e é necessário que tenhamos alguma atenção relativamente a estas instituições. Nesse sentido estamos a rever o Regulamento de Apoio às Iniciativas Empresariais, porque entendemos que havia algumas lacunas e que deviam ser supridas. Portanto, temos vindo a apoiar pequenos empresários, microempresas que se têm vindo sediar no Sabugal, são montantes pequenos, mas é um incentivo que se dá à economia local. Relativamente ao setor agrícola e pecuária vamos também reativar o apoio que demos 2022, com o pagamento da sanidade animal a todas as exportações agrícolas inscritas na associação que tem a tutela nesta área. É um investimento de cerca de 100 mil euros, estamos a preparar também um conjunto de medidas de apoio às IPSS’s no sentido de suprir algumas necessidades fruto da questão da pandemia e efeitos da guerra, estamos a preparar um pacote de incentivos nesse âmbito. Na semana passada também apresentámos a Estratégia Local de Habitação, que vai permitir a todos os interessados que recorram a uma série de medidas e incentivos que permite depois ter alguns benefícios fiscais e recorrer a financiamentos com taxas muito atrativas. Paralelamente a isso também temos um projeto a decorrer na CIM-BSE onde identificámos um conjunto de imóveis – 24, que fornecemos ao IHRU e que depois a título de empréstimo de cerca de 1 milhão de euros, nos permite adquirir os imóveis, proceder às obras e colocá-las no mercado de arrendamento com rendas muito atrativas, e com a receita da renda vamos amortizar o empréstimo. É um projeto liderado pela CIM, e é uma estratégia importante para alguma carência que haja em termos habitacional, não só com a Estratégia Local de Habitação, mas também com este projeto. -----

A juventude é claramente uma aposta muito clara. Tivemos recentemente o Fórum da Juventude distrital, onde esteve presente o Secretário de Estado da Juventude, em que se abordaram alguns temas muito interessantes, mas é de salvaguardar que temos um papel importantíssimo no que

diz respeito à juventude, suportamos aos nossos alunos praticamente todas as despesas, desde transporte à alimentação, manuais escolares, bolsas de estudo para os alunos do Ensino Superior, mas que temos como objetivo alterar o modelo para que se possa atribuir bolsas de mérito a todos, independentemente dos rendimentos. São as medidas possíveis, aquelas que nós entendemos que estamos em condições atribuir. -----

A questão de não ver explícito a questão da inflação e destas questões do covid e da guerra, temos os nossos técnicos que poderão, detalhadamente, dar essa explicação.” -----

Após cumprimentar os presentes, tomou a palavra a técnica **Conceição Ruas** para clarificar a dúvida apresentada: -----

“Nós não olhámos à taxa de inflação, mas quer a despesa, quer a receita estão feitas com base na média. Se fossemos aplicar a taxa de inflação eram mais reduzidos os valores que estão descritos, e eles já estão pelos mínimos. -----

As propostas dos serviços tiveram isso em consideração, foram feitas consultas ao mercado e foram considerados preços atuais. Quer a receita, quer a despesa ou estão feitas com base na média ou em consultas ao mercado recente.” -----

Prosseguiu o senhor **Presidente da Câmara**, e em resposta ao senhor João Manso Dias disse:

“A receita a que se refere o artigo 72 é uma situação nova, tem três meses, que vem regulamentar uma lacuna que existia na questão da instalação de painéis de energia fotovoltaica nos territórios. E aquilo que acontece é que 2,5 da produção da energia eólica é receita do município, na questão da energia fotovoltaica não estava regulamentada. E como é um investimento que está hoje em foco a acontecer com muita frequência no território, entendeu-se regulamentar desta forma, isto é, o valor que está aqui é um valor que é pago só de uma vez, mediante comunicação ao Fundo Ambiental. A partir do momento que nós tenhamos a instalação efetiva no território, o Fundo Ambiental restitui-nos, mediante uma tabela, estes valores, mas não quer dizer que seja este valor todo no próximo ano, trata-se de uma previsão e por isso não se pode afetar este valor a outra rubrica. Ou seja, sendo o orçamento uma previsão, eu não tenho a certeza que este valor seja

uma receita do próximo ano, é uma previsão que foi utilizada para equilibrar o orçamento. Mas concordo que podemos, eventualmente, afetar esta receita a projetos no âmbito da eficiência energética, da questão dos parques solares, fotovoltaicos, na questão das piscinas, de todos os equipamentos municipais que carecem de intervenção, porque ainda não estão na transição para led. Nós já o temos em Plano e orçamento, e a expectativa é que no PT2030 ou PRR abram candidaturas para estes projetos, porque é por aí que nós vamos conseguir equilibrar a nossa fatura de energética. E também é importante que tenhamos uma preocupação ambiental, porque é um recurso que tem de ser devidamente administrado.” -----

Em resposta ao senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Sobre a baixa execução, em 2022, como referi, nós temos cerca de 7 milhões e meio de obras a decorrer, que têm uma execução, à data de ontem, de 15%. Portanto, a execução vai ser muito baixo atendendo àquilo que eu referi, é transversal a quase todos os municípios, também devido à transição em termos de quadros comunitários, acontece isto, atendendo que ainda não sabemos as regras do PT2030. Já sabemos qual vai ser o modelo, passa muito por uma estratégia no âmbito da CIM e CCDR, esta última vai receber novas competências e a CIM vai ter um papel importante porque vai gerir um bolo significativo, e em março serão apresentados os valores com que poderemos trabalhar. -----

A questão dos 3 milhões das eólicas, não são 3 milhões anuais. De energia eólica recebemos cerca de um milhão de euros, que equivale aos 2,5% da produção. Neste momento temos em licenciamento uma série de parques, vai ter uma receita significativa, mas não chegará a estes valores. -----

A outra receita que referi, da energia fotovoltaica é paga de uma só vez, e não há mais contrapartidas.” -----

Sobre as questões levantadas pelo senhor Presidente da Junta da Rebolosa, acerca dos espaços co-working, o senhor **Presidente da Câmara** disse que a segunda fase vai arrancar, e tem um custo de 100 mil euros, e na rubrica o valor, não sendo suficiente, é reforçado quando houver

necessidade, e vai ser candidatado ao smart rural digital, que é uma candidatura que nós temos com Espanha, com o município de Penamacor e Almeida. -----

“Acerca das pavimentações já falámos aqui de intervenções, temos de o produzir, mas há necessidades urgentes para resolver, e essa é uma das que está referenciada. -----

Sobre a questão das águas, é um facto, é de inverno que tem de se preparar o Verão, vamos obviamente ativar a baixada para a antiga captação e pô-lo a funcionar como era já intenção.” ---

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 1 voto contra do senhor José Escada e 20 abstenções, **aprovar o Orçamento do Município para 2023**. -----

Foi ainda apresentada a seguinte declaração de voto por parte do senhor **José Escada**, a qual se transcreve na íntegra: -----

“Votei contra por 4 razões fundamentais: -----

- 1) Pela ilegalidade subjacente ao não haver consulta prévia aos detentores do direito de oposição; -----*
- 2) Pela apresentação tardia dos documentos e pelo curto espaço de tempo disponibilizado (5 dias) para a análise de tão importantes documentos, mais ainda em quadra natalícia; -----*
- 3) Porque estamos perante um orçamento que do lado da despesa aposta na continuidade de obras e projetos iniciados, com verbas já atribuídas e comprometidas. -----*
- 4) Porque este orçamento comporta pouca ou nenhuma inovação. É um orçamento de gestão corrente que tanto para a Assembleia como para a Câmara não revela nem visão nem ambição.”*

PONTO 05 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2028 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2023. -----

Algumas das ações que as GOP's englobam são: -----

- Dar continuidade às obras e projetos municipais iniciados, transpondo todos os compromissos assumidos; -----

- Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsídio indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade); -----

- Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento (RAIEIM/ Sabugal Invest); -----

- Promover um conjunto de iniciativas de promoção do Sabugal, da marca ALGU do Sabugal, do território, dos seus valores patrimoniais, dos seus recursos diferenciadores, da sua genuinidade cultural, da sua atratividade turística e do potencial endógeno gerador de riqueza (Eventos em consolidação e Desenvolvimento de novas iniciativas); -----

- Elaborar projetos e desenvolver parcerias estratégicas recetoras de fundos e facilitadoras do desenvolvimento (com a ADES e outras do movimento associativo concelhio, nas áreas da agricultura, pecuária, floresta e desenvolvimento rural e turístico); -----

- Apostar na modernização dos serviços municipais quer nos processos administrativos, quer na relação com os munícipes, traduzido na eficiência de processos e melhoria dos resultados; -----

- Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia,

reforçando a colaboração com estas, tendo em vista a qualidade de vida nas várias localidades e apoio a projetos dinamizadores da economia local; -----

- Implementação de um projeto integrado de combate ao insucesso/abandono escolar, promoção do sucesso e qualificação dos jovens; -----

- Continuar a desenvolver o PARU (Plano de Ação para a Regeneração Urbana) da Sede de Concelho (Praça da República e Largo de S. Tiago, Centro de Artes e Ofícios, Roseiral Rainha Santa Isabel – Milagre das Rosas, Requalificação das Margens do Côa/ Praia Fluvial, Entrada Sul do Sabugal); -----

- Continuar a implementação de medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (ESE e Pacto Territorial CIM Beiras e Serra da Estrela); -----

- Modernizar a Administração Municipal. (Administração+ Próxima) através de plataformas de acesso a informação e intranet com as juntas de freguesia; -----

- Promover grandes reparações e manutenção da rede viária municipal; -----

- Apoiar associações locais na implementação de atividades e projetos diferenciadores, de ocupação de jovens, de promoção do concelho, de valorização de produtos; -----

- Reforço dos apoios e das ações preventivas no âmbito da Proteção Civil Municipal e no âmbito dos protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Sabugal e Soito; -----

- Apoiar equipas de sapadores florestais em ações de ordenamento florestal; -----

- Participar na elaboração do Cadastro Simplificado; -----

- Valorização dos núcleos históricos, com ações concretas em Sortelha (Plano de animação, promoção e comunicação do PROVERE da AAHP), Alfaiates (Castelo de Alfaiates/ Pacto Territorial da CIM Beiras e Serra da Estrela), e Vilar Maior. -----

- Apresentação de várias candidaturas às linhas abertas pelo Turismo de Portugal (sustentadas pela Estratégia comum dos Municípios de Almeida, Penamacor e Sabugal - Carta Europeia de Turismo Sustentável Terras do Lince); -----

- Valorização do Património Natural, nomeadamente os recursos hídricos, qualificando e promovendo os espaços de lazer, as rotas (percursos pedestres – pequenas e grandes rotas- e 8 percursos BTT), dinamizando atividades desportivas ao ar livre (Pacto da CIM Beiras e Serra da Estrela); -----

- Reforçar as relações transfronteiriças, alargar as parcerias e aproveitar todas as oportunidades de colaboração, nomeadamente através das convocatórias do POCTEP, à imagem do projeto em desenvolvimento, Comunidade Rural Digital e do TerPat (Aldeias Históricas e Direção de Património da Junta de Castilla y Leon); -----

- Corrigir situações pontuais em termos de higiene pública e abastecimento (nomeadamente redes de água, saneamento e cemitérios); -----

- Manter em funcionamento o Balneário Termal do Cró e preparar, logo que possível, um novo procedimento para a concessão do Balneário; -----

- Reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais, que apoiem os défices habitacionais e não habitacionais das classes mais carenciadas do concelho; -----

- Continuar a garantir à população sénior, deficientes com incapacidade maior ou igual a 60% e aos reformados por invalidez os benefícios previstos no âmbito do Regulamento do Cartão Social que, em traços gerais, visa a melhoria das condições económicas, sociais e culturais dos portadores do cartão; -----

- Manter e qualificar as acessibilidades nas redes viárias municipais do concelho, facilitando o acesso aos transportes, energia e comunicações. -----

Ou seja, mantivemos nestas Grandes Opções do Plano um conjunto de estratégias que pensamos ser mais indicadas, no entanto, há rubricas que não estão suficientemente dotadas, e temos novamente o financiamento 'a definir', não está definido porque não há verba suficiente para colocar, e assim que tenhamos o saldo de gerência poderão ser assim alocados." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra a: -----

Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço**, após cumprimentar os presentes disse: -----

"A minha questão vai no seguimento daquilo que o senhor Presidente da Câmara falou acerca das rubricas e está relacionado com a ligação da cidade de Sabugal à estrada nacional 18/3, que é também a ligação principal à Aldeia Histórica de Sortelha. Tendo em conta os valores que estão no orçamento e tendo em conta os valores praticados no mercado atualmente, para essa extensão, os valores em causa dariam para um terço da estrada. Claro que pode ser forçado, mas a minha questão é se o município pretende realizar a estrada em toda a sua extensão, ou parte dela, ou qual é a opção do município." -----

Senhor **João Manso Dias**: -----

"Relativamente às Grandes Opções do Plano, estive a analisar os documentos, e congratulo-me com a atribuição de bolsas de mérito aos alunos do Ensino Superior, há pouco referidas pelo senhor Presidente. Andei a fazer algumas diligências e os jovens que tinham mais dificuldades económicas recebiam no máximo 600 €, e isso não cobre o valor da propina. Creio que há cerca de 7500 € definido para esta rubrica e creio que pode ir até aos 15 mil euros, creio que pode, portanto, aumentar as bolsas de mérito, e eu acho que é muito importante porque ajuda, de facto, as famílias que estão em grande dificuldade económica, nomeadamente, no pagamento dos quartos, etc. -----

Também fiquei preocupado, e não sabia disto, relativamente à educação, foi-me dito que nem todas as turmas do 1.º ciclo têm AEC's, bem sei que é difícil contratar pessoas capazes, queria que me pudesse especificar quais são essas turmas que não têm AEC's no 1º ciclo. -----

Também havia uma rubrica, que é o combate ao insucesso escolar, em que nessa rúbrica onde diz 'espetáculos diversos' tem um financiamento de 55 mil euros, e isso equivale a 45% do total da verba para o combate ao insucesso escolar é gasto em espetáculos/festas. Sei que muita gente pensa que a escola é uma brincadeira, mas acho que também fica um bocadinho mal ao Município esta rubrica, que eu acho que é exagerada. -----

E há outra rúbrica, em que eu concordo plenamente, que é para a Comissão e Proteção e Crianças e Jovens, onde para espetáculos diversos tem 2.500,00€, e isto é 21% do total da verba, e acho que está correta. -----

Também queria que o senhor Presidente me explicasse o seguinte, há uma grande verba, 1.143.000,00€ para a escultura verde do jardim temático Milagre das Rosas, e se pudesse explicar um bocadinho, se as obras já vão decorrer em 2023. -----

Sobre as acessibilidades do Soito, há uma verba de 200 mil euros, que é para a construção dos passeios, gostaria de saber se a obra vai ser feita para 2023." -----

Senhor **José Escada:** -----

"Devo dizer que este documento é extremamente exaustivo, e eu reconheço e confesso que não tive tempo de o ler exaustivamente. A Lei estipula que o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro, a Norma de execução orçamental, a assunção de compromissos plurianuais e a proposta de orçamento. -----

Hora constata-se que os três instrumentos foram aprovados em reunião de Câmara, precisamente a 30-11-2022. -----

Então das duas uma. Ou a Câmara não enviou, nesse dia, os documentos ao Presidente da Assembleia Municipal ou os mesmos ficaram a "marinar" até 22 de dezembro. -----

O que é um facto é que o CDS-PP só teve conhecimento dos a 22 de dezembro. -----

Segundo o CDS-PP a lei não foi cumprida no que toca ao calendário de apresentação do “Norma de execução, Opções do Plano e Orçamento”. Por esse facto apresentamos voto de protesto para ser transcrito em ata. -----

E aconselho o senhor Presidente da Assembleia a que, no próximo ano, evite fazer a assembleia nesta data porque fere os princípios da eficácia, da funcionalidade e da disponibilidade mental. Podemos fazer o exercício de quantas assembleias municipais, por esse país fora, se realizam nesta data?” -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas: -----

“Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, já referi que é compromisso, no início do primeiro semestre, tentarmos executar a obra. No entanto, esta obra já teve orçamentada em cerca de 700 mil euros, devido à conjuntura subiu para 1.200.000,00€, e a ideia é fazê-la na totalidade, assim que seja possível.” -----

Sobre as questões do senhor João Manso o senhor **Presidente da Câmara** disse que a estrutura verde do Milagre das Rosas, o valor referido é o valor da entrada sul. *“O Milagre das Rosas tem, para 2028, 4.600 € para projeto e para obra 315 mil euros. -----*

Sobre a questão do Soito, foi uma candidatura feita ao PRR, no âmbito das acessibilidades, o PRR é muito exigente nestas situações, só aprovou cerca de 200 mil euros, no entanto, nós contestámos.” -----

Sobre a questão das bolsas e do combate ao insucesso escolar, o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara** para responder às questões apresentadas: -----

“Relativamente ao apoio aos alunos do ensino superior aquilo que temos feito nestes últimos anos não é propriamente uma bolsa, são apoios pontuais no âmbito do Regulamento dos Apoios Sociais. E os apoios têm em consideração dois critérios, um é o rendimento per capita da família e o outro é o sucesso escolar do aluno no anterior, sendo que o máximo que o aluno ou a família podem auferir são 1.000,00 €. -----

Nós consideramos que, muito embora dê uma resposta, sobretudo para os alunos com bolsa e que no início do ano não recebem a bolsa e este é um apoio à família enquanto não há uma bolsa, fruto da experiência que temos tido consideramos que deve ser elaborado um regulamento específico para o apoio aos alunos do ensino superior. Durante o próximo ano vai ser elaborado e, possivelmente, no próximo ano letivo já teremos um regulamento não associado ao regulamento de apoios sociais, mas especificamente para alunos do ensino superior. -----

Relativamente ao PIICIE é uma candidatura que é feita pela CIM, não é uma candidatura que é feita especificamente pelo Município. As rubricas e a forma como é distribuída a verba, não depende só de nós, é uma dinâmica da CIM. -----

Faço uma correção, não é para festas, um dos aspetos importantes em termos de desenvolvimento da criança e dos jovens é terem acesso a cultura, e uma das formas que nós temos de garantir é através do PIICIE, portanto, todo o dinheiro que é canalizada em termos de PIICIE é utilizado para peças de teatro, aquisição de livros, sempre dentro do âmbito daquilo que são as competências que eles que têm de adquirir em termos educativos. Além disso, as opções também são tidas em consideração ou é ouvido o agrupamento e/ou alguns professores que se manifestam relativamente a determinados temas, e nós procuramos sempre agilizar com eles. ---

Relativamente às AEC's, como bem sabe, a atribuição ou transferência de competências aconteceu em abril. Até ao ano passado o agrupamento teve sempre dificuldade em conseguir professores para as AEC's, exatamente pelo motivo que referiu, os valores que são pagos são mínimos e ninguém está interessado. -----

Aquilo que o município tentou fazer este ano foi promover as AEC's em todas as escolas do território, sentámo-nos com o agrupamento para perceber qual seria a melhor forma. Poderia ser AEC's ou poderia ser coadjuvação. Muitos dos professores do agrupamento preferiram que essas matérias, que poderiam ser AEC's fossem dadas em coadjuvação, portanto, quando estamos a

falar de programação, quando estamos a falar de música e quando estamos a falar de atividade física são matérias que fazem parte do currículo e que podem ser dadas em coadjuvação. -----

Realmente são AEC's, elas acontecem entre as 16h30m e 17h15m, e sendo o primeiro ano, aquilo que nós pedimos foi que os pais inscrevessem os filhos de forma a nós nos podemos organizar e perceber em termos de recursos humanos o que é que nós precisávamos para dar resposta. ----

Posso dizer que tivemos muito poucas inscrições, portanto, com os recursos humanos que a Câmara tinha conseguiríamos dar resposta. A questão é que quando começam as aulas os pais percebem que há AEC's e não os inscreveram, e nós, naquele momento, já não estávamos com capacidade para contratar pessoal. Portanto, o que é que nós podemos fazer daqui para a frente, e penso que os pais também perceberam isso, é que no próximo ano quando é feita a matrícula é logo feita a inscrição nas AEC's, que nos permite organizar as AEC's de forma que todos tenham acesso. Também é importante que eles façam as inscrições para nós nos organizarmos, agora isso só aconteceu no Sabugal." -----

Para terminar os esclarecimentos, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Para responder à questão do senhor José Escada, os documentos previsionais e as Grandes Opções do Plano foram aprovadas dia 30, dentro do prazo, e os serviços disponibilizaram-nas imediatamente a partir do dia 2 na página do município." -----

Findos os esclarecimentos, foi ainda concedida a palavra à senhora **Marisa Martins** que após cumprimentar os presentes disse: -----

"A minha questão vem no âmbito da promoção ao insucesso escolar, mas se calhar não é possível porque as verbas não são decididas por vocês, mas pergunto se há alguma possibilidade destas verbas serem canalizadas para um espaço exterior para o 2º ciclo, não é uma questão para debater, é apenas se há a possibilidade de algum financiamento para a requalificação de um espaço." -----

Em resposta, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** referiu que relativamente ao PIICIE pode não ser possível, mas a situação está identificada e está a ser trabalhada pelos serviços, de forma que haja uma proteção que permita às crianças utilizarem o espaço, mesmo quando chove. -----

Antes de proceder à votação, o senhor **Presidente da Assembleia**, em resposta ao senhor José Escada, disse que há uma espécie de julgamento prévio que faz às pessoas, *“porque não é verdade o que diz. A lei exige que mandemos os documentos da assembleia com dois dias de antecedência, nós mandámos com 4 dias, e o Presidente não pode mandar um documento avulso, sem fazer a Ordem de Trabalhos, pelo que os membros têm de aguardar a reunião de todos os documentos. Por isso, ao contrário do que afirma, a lei foi cumprida.*-----

Coisa diferente é se algum membro da assembleia necessitar de algum documento, e se é esse o caso pode pedi-lo-----

Sobre a data da assembleia, a data é decidida pelo Presidente nos termos da lei, que também foi cumprida, lembrando-lhe que nunca nenhum membro pediu ou sugeriu ao Presidente para mudar a data.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o documento a votação. -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 21 abstenções, **aprovar as Grandes Opções do Plano 2023-2028**. -----

PONTO 06 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA NORMA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2023-----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto: -----

“É uma matéria mais técnica, o Tribunal de Contas obriga-nos a que se vote separadamente. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais da Lei n.º 73/2013, de 3 de

setembro, e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município do Sabugal, no ano de 2023, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução do orçamento municipal, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno (NCI).” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência da inscrição foi concedida a palavra ao senhor **José Escada**: -----

“Vamos supor que esta norma não é aprovada, é uma hipótese académica, eu sei, mas o respeito pela democracia exige que a coloquemos, se eventualmente fosse chumbada, perante a rejeição não seria cumprida a lei, e a Câmara teria de começar a viver com duodécimos até à sua aprovação fora do âmbito da lei.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse não ter mais comentários. -----

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, com 1 abstenção **aprovar a Norma de Execução do Orçamento 2023**. -----

PONTO 07 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ARTIGO 29.º DA NORMA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2023 ‘ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS’, CONFORME RECOMENDAÇÃO DE TRIBUNAL DE CONTAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto: -----

“É claramente uma recomendação do Tribunal de Contas, que se aprove especificamente este artigo para não nos criar problemas.” -----

Foi concedida a palavra à técnica do município, **Conceição Ruas** para esclarecer o ponto: -----

“É uma norma que se tem vindo a aprovar de há uns anos a esta parte desde que entrou em vigor a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, antes era uma autorização genérica que não constava da norma de execução. Mas, quando apareceu a norma de execução na lei, passou a constar, e o Tribunal de Contas está a chumbar contratos em que esta norma não foi aprovada especificamente. Não se aplicará a nós, poderia haver uma hipótese muito remota das nossas contas não estarem equilibradas, porque neste momento e com a aprovação das contas de 2023 a aplicação da lei dos compromissos não é aplicada à Câmara do Sabugal.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se mais algum membro pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **José Escada**: -----

“A minha intervenção de há pouco também se aplica aqui, portanto, gostava de dizer que a minha pergunta visava só que os membros da assembleia refletissem um pouco sobre o quão desajustada é esta data para a realização de uma assembleia municipal.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse estar confuso com a intervenção do senhor José Escada, porque a mesma não tinha nada a ver com o assunto em análise. -----

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -

A **Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade, **aprovar o artigo 29.º da Norma de Execução do Orçamento de 2023 ‘Assunção de compromissos plurianuais’**, conforme recomendação de Tribunal de Contas. -----

PONTO 08 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2023 -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“O mapa de pessoal que está aqui para discussão e aprovação vem com uma nota explicativa que na última assembleia e na própria Reunião de Câmara os senhores vereadores levantaram esta questão porque há uns anos a nota explicativa vinha sempre junto ao mapa de pessoal, deixou de vir e neste momento temos novamente uma nota explicativa do mapa de pessoal, relativamente aos postos de trabalho em situação cativos, aos postos de trabalho de concursos a decorrer, as mobilidades e uma série de situações, mas a ideia é que se forneça mais informação. -----

Portanto, entendemos que era necessário reforçar alguns setores do município, onde há algumas necessidades, muito fruto daquilo que são as aposentações, baixas e algumas mobilidades em setores que é necessário preencher. Muitos dos lugares que estão refletivos na nota explicativa são lugares que estão abertos há muito tempo, ficaram vagos por mobilidade do funcionário ou porque subiu de carreira, e não podem ser preenchidas enquanto estiver em mobilidade. -----

Os lugares novos estão aqueles que estão no mapa de pessoal assinalados a amarelo, os outros são lugares que já vêm de trás, estão vagos e não podem ser preenchidos, muitas das outras situações é para os casos dos funcionários que são assistentes técnicos que tem formações necessárias cria-se a expectativa de serem promovidos e serem colocados em mobilidade interna.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência da inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manso Dias** que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Era só para agradecer de facto a folha em anexo que foi entregue, e visto que o mapa de pessoal do município era extremamente difícil de compreender, a nota explicativa facilita a sua compreensão, e é bom manter essa nota nas próximas assembleias.” -----

Seguiu-se a senhora **Silvina Silva**: -----

“Existe no mapa de pessoal 2 lugares previstos para técnicos superiores em engenharia civil. Tendo em consideração a necessidade expressa, através da existência dos lugares mencionados, E tendo em linha de conta o volume de obras existentes no concelho, bem como a necessidade

de apoio técnico a muitas das nossas freguesias, uma vez que foi realizado um procedimento concursal para postos de trabalho em engenharia civil, e considerando a possibilidade de existir uma reserva de recrutamento para preenchimento desse lugar, porque não é utilizada a referida reserva de recrutamento? Ou é iniciado um novo procedimento sabendo que se este demorar o que o último demorou para preencher esses lugares, nunca serão preenchidos antes do final de 2024. -----

Já agora, o mapa de pessoal prevê a criação de 7 lugares para coordenadores técnico, mas será que todos estes coordenadores técnicos cumprem a densidade mínima? -----

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. -----

"Este documento é um documento que vai fazer parte do mapa de pessoal a partir deste momento e pode, eventualmente, até ser melhorado. -----

A questão que colocou a Silvina Silva, as necessidades da câmara quem as avalia é a câmara. --

Neste momento temos um quadro técnico adequado àquilo que é a realidade da câmara, portanto, não sentimos necessidade ainda de reforçá-lo, e quando entendermos que houver necessidade podemos recorrer à reserva de recrutamento, ou se ela já não estiver ativa, abrimos novo concurso. Mas, neste momento, aquilo que me transmite o chefe de serviço é que tem uma equipa adequada, vai ser admitido um desenhador, portanto, vai ser preenchida a lacuna que tínhamos, não entendo essa preocupação. -----

Sobre os 7 coordenadores técnicos já estão nas suas funções, não são novos cargos, portanto, são coordenadores na área de assistentes técnicos que estão preenchidos e cumprem a densidade." -----

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, com 17 abstenções, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2023.** -----

PONTO 09 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA INICIATIVA QUE A REQUERENTE, EÓLICA CAMPANÁRIO, S.A., PRETENDE LEVAR A EFEITO E QUE VISA A INSTALAÇÃO DE UM AEROGERADOR EÓLICO E CAMINHO DE ACESSO NO SUB-PARQUE DE SÃO CORNÉLIO (PARQUE EÓLICO DA RAIA) -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Este documento tem como objetivo a assembleia pronunciar o interesse Municipal deste empreendimento, no seguimento daquilo que já tem sido apanágio desta assembleia. É uma prerrogativa que decorre do nosso PDM, nomeadamente no art.º 18 n.º 8, ‘independentemente do estabelecido nos números anteriores, a instalação de projetos de produção de energia renováveis sejam eólicas, solares, hídricas, centrais de biomassa ou outras, e exploração de recursos geológicos fora dos espaços classificados para o efeito carecem de reconhecimento de interesse público municipal pela assembleia que pondere o interesse do projeto de interesse público municipal e eventuais impactos sobre o ambiente, sobre a paisagem, sobre os valores naturais presentes no território.’ -----

Portanto, os nossos serviços verificaram todos estes requisitos e propõem à assembleia que este este investimento seja considerado de interesse municipal.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência da inscrição foi concedida a palavra ao senhor **José Escada**: -----

“Em 1º lugar deixem-me fazer uma declaração de interesses. Estive na génese de todo o processo que levou à instalação dos atuais cerca de 7500 MW de potência eólica no país. Fui responsável da negociação da 1ª diretiva em Bruxelas. Depois como administrador da REN fui responsável pelos investimentos de adaptação da RNT (Rede Nacional de Transporte) para captação de toda esta energia. Sou, portanto, um acérrimo defensor da opção pelas FER (Fontes de Energia Renováveis). Mas com regras! -----

O que se vai instalar em Sortelha não é mais uma torre eólica. Será uma turbina da última geração, com uma potência de 5,5 MW, tripla das que por lá estão instaladas. Terá 120 metros de altura, um rotor 160 metros de diâmetro e um maciço de 300 m³ de betão. -----

O projeto é, em termos visuais, altamente impactante para uma zona com um elevado capital histórico – cultural, precisamente, a nossa jóia da coroa. A própria APA o reconhece ao considerar o impacto visual na paisagem muito elevado e que a capacidade de absorção visual é muito baixa. Trata-se de um projeto que vai gerar zero postos de trabalho diretos. Vai sim ter algum impacto na restauração e hotelaria durante o período de construção. -----

Curiosamente, verificando todo o processo, temos pareceres favoráveis de variadíssimas entidades, mas não aparece a posição da Junta de Freguesia, nem qualquer posição da população, ou seja, os mais afetados não se pronunciaram nem foram consultados. Curiosa esta nossa democracia que tanto apregoa o princípio da subsidiariedade e que tão pouco o aplica. ---

Deixem-me acrescentar o seguinte, quem são os reais beneficiários do projeto? -----

- A empresa Eólica Campanário; -----
- A autonomia energética nacional e os processos em curso de descarbonização e da transição energética; -----
- O proprietário do terreno; -----
- A autarquia do Sabugal poderá acrescentar ao imposto IML e atingir com o total das eólicas instaladas mais de 1 Milhão de € anuais de compensação às suas receitas. Afirma a Eólica Campanário que entre 2011 e 2022 a sua compensação ao Município do Sabugal já ultrapassa os 5 M€. -----

Coloco duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara: -----

- Qual é o benefício direto para a Junta de Freguesia e para as populações? -----
- Que necessidade tem a Câmara de reconhecer o interesse público municipal de um projeto que está mais que aprovado e que foi considerado compatível com o PDM do Sabugal, teve parecer favorável de várias entidades e foi aprovado pela APA e DGEG!" -----

Seguiu-se o senhor **Filipe Nunes** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Em relação ao documento do promotor do pedido de reconhecimento de interesse Municipal verifica-se na página 7, primeiro paragrafo, um dos pontos do enquadramento do PDM que passo a citar. -----

'Tal como indicado anteriormente, a análise e avaliação realizada no âmbito do procedimento de AIA incluiu o fator ambiental Ordenamento do Território, pela CCDR-Centro, tendo sido verificada de a compatibilidade da implantação do projeto com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN),...'
Chamo a atenção para corrigirem Mondim de Basto. -----

Outra das preocupações, e é só a corrigir aqui o membro da assembleia José Escada, por incrível que pareça as eólicas que existem no concelho de Sabugal, que são 80, nunca pagaram um cêntimo de IMI, é só essa essa correção, e é do nosso interesse saber o porquê é que não estão a pagar e também devia de ser do interesse da Câmara Municipal. -----

A outra questão que o Presidente referiu, através do enquadramento do artigo 18 do PDM, existem zonas classificadas, que só são duas, pelo que li, é a região demarcada da reserva da Malcata e o perímetro de proteção da albufeira do Sabugal - 200 metros, todas as outras zonas têm de vir à assembleia para ser declarado o interesse municipal e esse interesse municipal, nós membros temos que ponderar sobre estes três pontos: -----

- o interesse do projeto de desenvolvimento municipal. No documento, com 51 páginas, não consegui vislumbrar ou justificar qual é que é o interesse ou desenvolvimento municipal, portanto, agradecia ao senhor Presidente se tem mais dados concretos para nos informar e podermos tomar a decisão; -----

- a dimensão da área de intervenção e eventuais impactos ambientais, o membro José Escada já referiu e eu tenho uma base de dados, ou seja, todas as 80 torres eólicas que existem no concelho de Sabugal, a altura da torre é de 60 a 80 metros e esta torre tem uma altura de 120 metros. E o rotor, como referiu tem 160m, vai ter um impacto visual com 200 metros de altura o que é um impacto, na minha opinião, bastante desfavorável para a questão da justificação da alínea b do ponto 8 do art.º 18. -----

- Outra questão muito importante, é a alínea c, onde refere o eventual quadro de investimentos compensatórios a realizar pelo interessado, na memória descritiva apresentada pelo promotor não vi nenhum indicativo sobre quais é que são os eventuais investimentos compensatórios. Sabemos que o investimento é de 6 milhões de euros, toda a construção envolvida, a criação de postos de trabalho o documento diz que só serão criados postos de trabalho durante a execução das obras, sabendo que é um trabalho muito específico; os postos de trabalho a criar para a região vão ser

nulos porque não temos empresas no concelho com capacidade técnica para receber estes trabalhos. -----

Ou seja, o primeiro processo que se iniciou no concelho de Sabugal é de 2013, estamos quase com 20 anos de torres eólicas presentes no concelho de Sabugal e ainda não fomos capazes de criar um regulamento que nos salvaguardasse e que colocasse todos os Presidentes de Juntas a trabalhar no local para, pelo menos, fazer um planeamento e quais é que são as distâncias que todos os Presidentes de Junta consideram razoável para a implantação deste tipo de infraestruturas. -----

Se eu fosse habitante do Dirão da Rua não gostaria de ter uma torre com 200 metros de altura à minha porta, mas temos de ser todos compensatórios uns com os outros. -----

Já referimos noutras assembleias o porquê de o município não criar um regulamento para este tipo de infraestruturas que fizesse o ordenamento do território e que limitasse estes volumes exagerados." -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço:** -----

"Em relação à eólica que vai ser colocada no Dirão da Rua, anexa de Sortelha, a Junta de Freguesia, neste processo, é ouvida como qualquer cidadão normal, nós não decidimos nada, não há nenhum parecer emitido por nós, e se emitíssemos não seria vinculativo. -----

Nós, enquanto Junta de Freguesia, não somos contra as eólicas, até porque temos várias, e algumas com impacto visual, na minha opinião, muito mais negativo, que são aquelas que estão perto da aldeia histórica. -----

Esta terá um impacto muito superior, devido, às dimensões que apresenta, mas eu gostava de frisar que o impacto é para todos, é para a freguesia, é para o concelho, mas o benefício também é para todos. -----

Mas há um impacto direto para quem está mais próximo e quem está mais próximo é a população do Dirão da Rua, a nível de benefícios e impostos, é uma das estradas com piores acessos e em pleno inverno falta água praticamente todas as semanas. -----

Então, eu diria o seguinte, confiando nos pareceres do município, nos técnicos do município, nas entidades que disseram que o impacto e benefício é útil, pelo menos, aquando das obras fosse salvaguardado essas melhorias no Dirão da Rua, até porque quem vai sofrer com impacto da torre

possa associar uma causa-benefício, e que aquilo que é feito seja benéfico para quem está próximo, porque era uma ótima oportunidade de a população beneficiar diretamente com a colocação de uma torre. -----

Acho que era uma ótima oportunidade para que as pessoas do Dirão da Rua, freguesia e do concelho, vissem uma relação direta com a colocação de uma torre. -----

Se calhar não seria necessário colocar aquela torre com aquelas dimensões, e não somos contra as energias renováveis, mas ao ser, que o município tenha isso em atenção, porque era de interesse para nós todos e para o concelho.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manso Dias**: -----

“Eu também vou ao encontro das preocupações que foram ditas, a localidade do Dirão da Rua é que está mais próxima da construção da torre, a torre tem 120 metros de altura e como já foi dito equivale a um prédio com mais de 30 andares. -----

Estamos em 2022, o Dirão da Rua ainda não tem água canalizada ligada à rede, acho que o mais justo, como o senhor Presidente da Junta falou, poder vir a ter essa compensação. -----

Acho que era importante porque os valores financeiros não estão no documento, não vi compensações financeiras. -----

Também fiquei preocupado com outra questão é que a empresa vai construir um bypass, e isso não foi aqui falado, para poder transportar os materiais por fora da aldeia, o que é natural. Era importante ver se proprietários dos terrenos onde se vai construir o bypass, vão ser compensados.” -----

Após a intervenção do senhor João Manso Dias, seguiu-se o senhor **João Manata**: -----

“Concordo com tudo o que foi dito pelos interlocutores que falaram antes de mim, o senhor José Escada, o senhor Filipe Nunes, o senhor Presidente da Junta e o senhor João Manso, Sortelha já tem eólicas, quanto mais uma eólica destas dimensões. O transporte destas eólicas vai criar dificuldades a nível de trânsito e causar danos estradas. -----

Por isso, sou a favor das energias alternativas, como é lógico, mas vou votar contra.” -----

Por último, seguiu-se o senhor **Germano Fernandes**: -----

"Estou a analisar o mapa que prevê e indica a localização deste equipamento, mas não vi ainda, talvez por falta minha, a quem pertence o terreno onde pretendem fazer a instalação do equipamento, porque dá-me a impressão que o terreno é meu, ou uma parte dele será minha, de modo que vou votar contra porque isto é não considerar as populações, é a lógica do dinheiro é o mercantilismo, é tratar mal os nossos antepassados, é tratarmos mal a nós próprios, de modo que vou votar contra e peço à assembleia, encarecidamente e até emocionado, que votem contra isto."

O senhor Presidente da **Junta de Freguesia de Sortelha**, solicitou a palavra para um esclarecimento adicional, tendo-lhe sido concedida a palavra: -----

*"Depois das palavras do senhor Germano, seria fácil votar contra, mas vou abster-me porque tenho de ponderar o que será benéfico para a freguesia e o que poderá ser contra. Se fosse a primeira, eu votaria frontalmente contra, atendendo que mesmo com o nosso voto contra a eólica seria instalada quase de certeza, tendo em conta o historial e interesses instalados com as energias renováveis, nomeadamente com os parques eólicos. -----
Então vou abster-me, confiando que o senhor Presidente da Câmara vai compensar o Dirão da Rua pelo impacto negativo que a eólica vai ter." -----*

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas:

*"É óbvio que respeito e comungo das preocupações das pessoas que aqui se manifestaram, para nós também é uma grande preocupação, mas também não podemos pôr as coisas nestes termos. Já existem vários parques eólicos, não estamos a implementar um parque eólico, esta vai ter um impacto visual muito significativo, no entanto, ainda não estão acordadas contrapartidas, mas obviamente que estaremos muito atentos ao negociar as contrapartidas, como negociámos com outros. Recordo que os primeiros parques eólicos instalados em Sortelha tiveram uma compensação significativa não só para a Juntas, mas também para as associações. -----
Claramente compreendo a vossa posição, para o município é mais uma fonte de receita para o município, em que a contrapartida é 2,5% da energia produzida. -----
A questão levantada pelo senhor Presidente da Junta sobre a questão da falta de água e de acessos, mesmo que não haja eólica temos de resolver." -----*

De seguida foi concedida novamente a palavra ao senhor **Filipe Nunes**: -----

"Todos os investimentos têm de ser bem-vindos para o concelho do Sabugal, porque é que o executivo não propõe ao promotor em vez de colocar uma torre com aquela dimensão, coloca duas e estava resolvida a questão em termos de potência e em termos de produção. -----

Se o rendimento era 1 milhão de euros por 80 eólicas, é fazer a conta, dá 12.500,00 € por cada eólica. -----

Vale a pena por 20 mil euros ter um monstro destes às portas de Sortelha? Penso que não. -----

Seria uma boa solução propor ao promotor a redução da dimensão do projeto e manter a potência."

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte: -----

"Não me vou pronunciar sobre questões técnicas, mas considero que este tema não tem caráter de urgência, pelo que a minha sugestão é que o ponto seja adiado, até porque já está manifestado o interesse do promotor e creio que ele não vai deixar de existir se não deliberarmos hoje. -----

Creio que seria vantajoso dar mais tempo para que o senhor Presidente tente clarificar esta questão das contrapartidas e, depois, o assunto retomar à assembleia mais esclarecido. -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Eu compreendo, é uma situação constrangedora, no entanto, nós queixamo-nos sempre que não temos investimento no território, se as contas do senhor José Escada tiverem certas, só esta eólica gera mais receita do que as outras todas. -----

Se acham que é mais confortável analisarmos com mais elementos que nos dê mais algum conforto para tomar uma decisão mais acertada, eu proponho a retirada do ponto."

Foi ainda concedida a palavra ao senhor **António Serra**, que manifestou o seu apoio total à posição do senhor Presidente da Assembleia, *"até porque este espaço de tempo em que o senhor Presidente da Câmara vai estar em negociações com a empresa até serve como medida de pressão, em termos de potenciais benefícios no futuro. -----*

Portanto, se significar que as contas do senhor José Escada terão algum fundamento, acho que é uma situação a aproveitar."

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação:
A **Assembleia Municipal**, **deliberou**, por maioria, com 11 votos contra e 1 abstenção, **adiar a discussão e votação do interesse público municipal da iniciativa que a requerente, Eólica Campanário, S.A., pretende levar a efeito e que visa a instalação de um aerogerador eólico e caminho de acesso no sub-parque de São Cornélio (Parque Eólico da Raia)**, para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE SOITO -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"O que se propõe aqui é uma adenda ao contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia do Soito, devido ao aumento do preço dos combustíveis, porque o que estava definido não era suficiente para o aquecimento das escolas neste ano letivo. Propõe-se alteração um aumento de 5 mil euros, perfazendo 10 mil euros. Claro que o valor só será pago mediante as faturas apresentadas." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

Face à informação registada sob o n.º 14202, datada de 23-11-2022, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a adenda ao contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal do Sabugal e a Junta de Freguesia de Soito**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 11 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA 2022-2024 -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“O que se propões, é a aprovação por parte desta Assembleia para que o Plano de Cogestão entre em vigor. O Plano de Cogestão passou por várias entidades, a última foi o Conselho Consultivo da Reserva da Malcata. É um processo que, a nível nacional, é pioneiro porque é o primeiro plano de cogestão aprovado a nível nacional, o que nos permite ter algum conforto para as candidaturas específicas do Fundo Ambiental que depois vamos realizar. O processo de cogestão é liderado pelo Sabugal, Penamacor e ICNF, em conjunto com a Associação Pina Ferraz, Baldios dos Fóios, Baldios de Malcata, Pró-Raia e uma série de outras entidades que colaboraram neste projeto. Esta é a fase final do processo para que depois possamos implementar uma série de medidas na Serra de Malcata. Pela primeira vez há uma abertura do ICNF para uma gestão conjunta, no entanto, só vamos poder intervir em algumas situações, como a gestão da reserva e melhoramento do que diz respeito à visitação da reserva, nomeadamente um dos grandes projetos é a substituição de tudo o que é sinalética e colocação de uma porta de entrada em Penamacor e Sabugal; a colocação de pontos de birdwatching que neste momento é muito procurado a nível do país e do estrangeiro; ou seja, uma série de melhoramentos que se pretendem efetuar na reserva que serão acompanhados por esta comissão de cogestão. -----

Como referi, é a primeira aprovada no país e vai servir de modelo para outras que estão em execução; uma palavra de agradecimento também para os técnicos que acompanharam este projeto. E devemos estar muito orgulhosos por ser o primeiro projeto de cogestão aprovado no país.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra à senhora **Silvina Silva**: -----

“Porque várias questões, e entre elas uma questão de saúde, eu não pude estar em reuniões que certamente seria bem mais esclarecida, mas tendo em conta que Quadrazais é uma das maiores áreas do lado do Sabugal que faz parte da reserva e não foi incluída na cogestão. Gostaria de saber, se possível, a razão por que Quadrazais não foi incluída.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manso Dias**: -----

“Acho que a Reserva Natural da Serra da Malcata é uma das grandes marcas do nosso concelho, no entanto, para 2023 se eu vejo que há pequenas verbas, mas será importante conseguir arranjar verbas para começar a dinamizar. O documento é bastante completo e pode ser muito importante e um grande pólo de desenvolvimento para o concelho, porque o turismo de natureza é cada vez mais importante em termos mundiais, e o facto de ser o primeiro é muito bom, e acho que ser o primeiro estão de parabéns o Município do Sabugal e o Município de Penamacor por terem conseguido esta proposta. Mais importante é preciso verbas.” -----

Depois o senhor **José Escada**: -----

“Não tive tempo de ver todo o documento porque é bastante extenso, mas parece-me que é um documento exaustivo que trata as várias variantes do problema. em termos de cogestão parece-me um bom caminho, mas chamo a atenção para o seguinte, nessa cogestão vamos ter as vertentes do ICNF muito poderosas, que vão defender tudo o que tem a ver com a avifauna, mas nós devemos colocar sobre a mesa tudo aquilo que as várias entidades se esquecem um pouco, que a Reserva Natural da Serra da Malcata também tem de proporcionar economia às populações e ao concelho, e isso é perfeitamente conciliável, mas porque é que a Serra da Malcata tem tantas restrições? -----

É uma pergunta que deixo e chamo à atenção para os representantes do município para pensarem que os valores ambientais há quem os defenda bastante, e nós aqui devemos puxar um bocado pela economia, conciliando com os outros valores.” -----

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder à questão colocada: -----

“Relativamente à questão de Quadrazais não sei qual foi o critério, mas a cogestão tem delimitado uma série de elementos, mas Quadrazais está representado no Concelho Estratégico. -----

Sobre estas questões financeiras, ao iniciar temos 150 mil euros, que foi disponibilizado pelo Fundo Ambiental, mas esta é a primeira candidatura, vai haver outras, porque há avisos específicos para a cogestão. Não é fácil lidar com o ICNF e os Municípios têm tido muitas

dificuldades em algumas situações, mas temos tentado dar a volta, no entanto, há zonas proibitivas que têm espécies de fauna e flora que não se coadunam com a presença humana. ----

Neste processo também está o património edificado e existem, na parte do Sabugal 3 imóveis e que o ICNF vai passar para o domínio dos municípios, e depois vamos preparar também candidaturas para recuperar esses edifícios e posteriormente colocá-los como albergues, centros interpretativos ou outros. Creio que estamos a dar passos muito importantes.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação:
Face à informação registada sob o n.º 15382, datada de 19-12-2022, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata 2022-2024**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 12 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS DE INTERESSE MUNICIPAL (RAIEM) -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto:

*“Entendemos que durante a utilização do regulamento, que tem 2 anos, deparámo-nos deparamos com algumas em incongruências que era importante resolver, é o que propõe aqui é melhorar o regulamento. No entanto, este regulamento vem apenas para abertura de procedimento. -----
Durante 30 dias este documento estará disponível para todas as pessoas, entidades coletivas e pessoas singulares para recolher contributos, dentro daquilo que é legislação aplicável, e quando esse prazo terminar o documento volta tecnicamente a ser avaliado, seguindo para a Reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. -----
o que está sublinhado é o que entendemos que devemos melhorar e/ou acrescentar.” -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros pretendia intervir. -----
Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. ----
Face à informação registada sob o n.º 15222, datada de 16-12-2022, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a 1.ª Alteração ao Regulamento de Apoio a Iniciativas**

Empresariais de Interesse Municipal (RAIEM), nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 13 – ATIVIDADE MUNICIPAL -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos membros pretendia intervir, tendo sido concedida a palavra ao senhor **António Dionísio** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Querida pedir um esclarecimento ao senhor Presidente sobre um ponto na aquisição de serviços que é ‘aquisição de serviços para elaboração do projeto gestão integrada de Recursos hídricos das bacias hidrográficas das barragens de Sabugal e Meimosa’, não estou a ver o porquê deste projeto, para que é que vai servir este projeto, porque é que está a ser mandado fazer, não percebo como é que é a Câmara do Sabugal está metida neste projeto e está a fazer um projeto com a Barragem da Meimosa, e se é com a Barragem da Meimosa também é com o regadio, portanto, gostava de algum esclarecimento.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Este é um projeto encomendado à Biodesign, também nos deu assessoria aquando do Plano de Ordenamento da Barragem. Paralelamente a esta prestação de serviços, como sabem, foi assinado no Fundão um memorando de entendimento entre 6 municípios, mas nós entendemos que era importante termos o nosso próprio projeto e estudo sobre o que são os recursos hídricos do território.” -----

Estando a senhora **Vice-Presidente da Câmara** a acompanhar o processo, o senhor Presidente da Câmara concedeu-lhe a palavra para mais esclarecimentos: -----

"Bem antes desta questão se levantar, ou seja, de ser assinado este acordo com os vários territórios, e fruto de uma preocupação que já vinha de alguns anos, decidimos abrir um procedimento e foi a Bidesign que ganhou esse procedimento para fazer uma avaliação da albufeira do Sabugal e da forma como a água, ou seja, os transvases, quais são as regras que são utilizadas, qual é a monitorização que é feita da água quando chega à barragem da Meimoa, como é que ela é utilizada. Porque uma das questões que se levanta sempre mais, em termos de seca, é a utilização da água e nós não tínhamos até agora argumentos técnicos e científicos que nos permitissem chegar à mesa e discutir a utilização da água da barragem, nomeadamente, rever os níveis mínimos da albufeira do Sabugal, quais os procedimentos a adotar em tempos de seca e também o nosso papel que tem que ser mais interventivo e mais presente na discussão da utilização da água. Achámos que este era o melhor caminho, portanto, aquilo que a empresa nos vai fazer é exatamente este estudo para depois quando chegarmos à mesa de negociações termos os dados que são necessários para negociar relativamente à utilização da água." -----

Seguiu-se o senhor **António Serra**: -----

"A senhora Vice-Presidente da Câmara referiu 'quando chegarem à mesa das negociações', mas eu tenho algumas dúvidas se vai haver negociações, atendendo a que foi prometido uma ligação tipo via rápida Sabugal-Guarda quando o António Guterres esteve na inauguração da barragem do Sabugal, tenho a impressão que a contrapartida vai ser a mesma." -----

Por fim, o senhor **José Escada**: -----

"Senhora Vice-Presidente, fez aquilo que eu tenho pugnado, quanto mais tivermos documentados melhor podemos defender o território. Eu só substituía um termo e não tenho medo de o utilizar, substituía negociação por reivindicação, não tenham medo de reivindicar. Quem está no território tem de defender o território, contra tudo e contra todos." -----

Em resposta, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** disse: -----

“Relativamente à negociação, a partir do momento que é constituído e que há um protocolo para ser discutido a utilização da água no regadio da Cova da Beira, sendo que a água vai do Sabugal, é nesse aspeto que falo de negociação, ou seja, nós termos argumentos para discutir a forma como a água é utilizada nunca pondo em causa a existência do regadio, não é isso que se pretende, o que está em causa é que sejam salvaguardados os interesses do território e sobretudo que essa água seja utilizada de uma forma racional. Relativamente a reivindicações também não tenho medo reivindicar.” -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum membro do público pretende intervir. -----

Não havendo inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram vinte horas, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n. 1 do art. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____
MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Dados: 2023.02.23 16:09:47 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, _____
Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe